

Comissão Central de Pós-  
Graduação  
CCPG



Ata  
414<sup>a</sup> Reunião  
Ordinária

10/04/2024

Sala do CONSU

1 ATA DA QUADRIGENTÉSIMA DÉCIMA QUARTA (414ª) REUNIÃO DA COMISSÃO  
2 CENTRAL DE PÓS-GRADUAÇÃO. Aos dez dias do mês de abril de dois mil e vinte e  
3 quatro, às nove horas, na Sala de Reuniões do Conselho Universitário (CONSU), na Cidade  
4 Universitária “Zeferino Vaz”, Distrito de Barão Geraldo, em Campinas, reuniu-se a  
5 Comissão Central de Pós-Graduação (CCPG), sob a Presidência da Professora Doutora  
6 **RACHEL MENEGUELLO** e com o comparecimento dos seguintes Membros: Antônio  
7 Carlos Amorim (FE), Carlos Henrique Inacio Ramos (IQ), Claudio Chrysostomo Werneck  
8 (IB), Daniel Albiero (FEAGRI), Enelton Fagnani (FT), José Guilherme Cecatti (FCM), Lílíana  
9 de Oliveira Rocha (FEA), Luiz Fernando Bittencourt (IC), Maiane Junqueira Teixeira Neto  
10 (Representante Discente FEEC), Marcelo Felipe da Silva Estácio de Santana  
11 (Representante Discente FEA), Marcelo Lancelotti (FCF), Márcia Azevedo de Abreu (IEL),  
12 Marco Lucio Bittencourt (FEM), Marko Synésio Alves Monteiro (IG), Mauro Cardoso Simões  
13 (FCA), Nashieli Cecilia Rangel Loera (IFCH), Negli René Gallardo Alvarado (Representante  
14 Discente FCM), Paulo Sérgio Fracalanza (IE), Pedro Maciel Guimarães (IA), Pedro  
15 Michelutti Cheliz (Representante Discente IG), Plamen Emilov Kochloukov (IMECC),  
16 Renata Cristina Gasparino (FENF), Renato Barroso da Silva (FEF), Savio Souza Venâncio  
17 Vianna (FEQ), Tiago Zenker Gireli (FECFAU), Valentim Adelino Ricardo Barão (FOP).  
18 Justificaram a ausência o Prof. Orlando Luis Goulart Peres (IFGW) e a Sra. Elayne Rohem  
19 Peçanha (Representante Discente IQ). Estiveram presentes Sr. Fernandy Ewerardy de  
20 Souza (Coordenador DAC), Profa. Dra. Cláudia Vianna Maurer Morelli (Assessora PRPG),  
21 Sr. Elias Basile Tambourgi (Assessor PRPG), Sra. Cristina Ferreira de Souza (AT da  
22 PRPG), Sra. Isabela Geanfrancesco Giroto (Diretoria Acadêmica PRPG), Sra. Marli  
23 Padovan de Souza (AT da PRPG), Sra. Marcela de Souza Pellegrin (CCPG) e Sra. Juliana  
24 Cristina Barandão (AT da CCPG). A **Sra. Presidente** cumprimentou os presentes e  
25 informou que um dos pontos do expediente seria o Repositório de Dados da Unicamp e que  
26 a convidada Prof. Cláudia Medeiros iria fazer uma breve exposição sobre o assunto e assim  
27 que a professora chegasse suspenderia a discussão da pauta dando o espaço a ela. Dando  
28 início à reunião informou as demais justificativas de ausência e colocou em discussão a Ata  
29 da 413ª Reunião Ordinária da Comissão Central de Pós-Graduação (CCPG) realizada em  
30 13/03/2024. Não havendo, colocou para apreciação do plenário a Ata, que foi aprovada  
31 com cinco (5) abstenções. Dando sequência à Ordem do Dia, informou que a mesa

1 destacava os Itens 1,2,3 e 4. Perguntou se havia mais algum destaque a ser feito, e, não  
2 havendo, colocou em votação os itens não destacados da pauta, que foram aprovados por  
3 unanimidade. **ORDEM DO DIA: ITEM 5. TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE A**  
4 **CAPES E A UNICAMP – CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO NO ENSINO**  
5 **SUPERIOR – PROGRAMA DE DEMANDA SOCIAL. PROC. Nº 01P-49713/2023 (d).**  
6 **PRPG – Fls. 28 a 32. ITEM 6. PROGRAMA DAS ATIVIDADES E CATÁLOGO DOS**  
7 **CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO. PROC. Nº 18-P-8034/2024. FEQ - Oferecimento da**  
8 **seguinte disciplina como “disciplina especial, de caráter eventual”, no Catálogo de 2024:**  
9 **IQ006 - Valorização da biomassa para produtos com valor agregado. Turma A. Carga**  
10 **Horária Total: 15 horas (1 crédito). Período: 1º semestre de 2024. Oferecimento: Prof. Dr.**  
11 **Carlos Alberto Vega Aguilar (Universidade da Costa Rica, Costa Rica). Fls. 33 a 40. ITEM**  
12 **7. RECONHECIMENTO DE DIPLOMA ESTRANGEIRO DE PÓS-GRADUAÇÃO –**  
13 **KATHERINE NAKAD CHUFFI. PROC. Nº 01P-49713/2023. IA – Fls. 41 a 47.**  
14 **DESTAQUES DA MESA: ITEM 1. MINUTA DE DELIBERAÇÃO CEPE QUE DISPÕE**  
15 **SOBRE AS NORMAS PARA O OFERECIMENTO DE DISCIPLINAS DE PÓS-**  
16 **GRADUAÇÃO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA. PROC. Nº 01-P-4870/2024 (d). CEPE. Fls. 5**  
17 **e 6. (Deliberação CCPG Nº 11/2024). ITEM 2. ALTERAÇÃO DA PROPOSTA DE MINUTA**  
18 **DE DELIBERAÇÃO CEPE-A QUE INSTITUI O PROGRAMA DE ATENDIMENTO**  
19 **EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA (PAEE)**  
20 **PARA DISCENTES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO DA**  
21 **UNICAMP. PROC. Nº 01-P-7164/2023 (d). CEPE. Fls. 7 a 22. ITEM 3. REVOGAÇÃO DA**  
22 **INSTRUÇÃO NORMATIVA CCPG Nº 02/2023 QUE DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE**  
23 **ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ESTUDANTES COM**  
24 **DEFICIÊNCIA - PAEE PARA DISCENTES DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA**  
25 **UNICAMP. PRPG. Fls. 23 e 24. ITEM 4. INSTRUÇÃO NORMATIVA CCPG Nº 1/2024 -**  
26 **QUE DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA POLÍTICA INSTITUCIONAL DE**  
27 **ACESSO ABERTO À PRODUÇÃO INTELECTUAL E CIENTÍFICA DA UNICAMP NO**  
28 **REPOSITÓRIO DE DADOS DE PESQUISA – REDU. PROC. Nº 01-D-1638/2024 (d).**  
29 **PRPG. Fls. 25 a 27. A Sra. Presidente disse que a Minuta de Deliberação CEPE, que**  
30 **dispunha sobre as normas para o oferecimento de disciplinas de pós-graduação em língua**  
31 **estrangeira já havia sido discutida na reunião passada, mas não haviam chegado a uma**

1 decisão. Falou que precisavam constituir uma estrutura e um funcionamento para que  
2 aquelas disciplinas pudessem ser ofertadas pela DAC. Disse que era uma questão  
3 administrativa e precisava ter sequência, para que o sistema conseguisse dar conta das  
4 eventuais propostas de oferecimento de disciplinas em língua estrangeira. Falou que as  
5 disciplinas obrigatórias não poderiam ser dadas apenas em uma língua estrangeira, pois  
6 era uma questão de legislação federal. Disse que precisavam regularizar as ofertas de  
7 disciplinas existentes, como as obrigatórias em português e inglês, e as eletivas, que  
8 poderiam ser ofertadas somente em língua estrangeira desde que o programa oferecesse  
9 outra disciplina em português, se não fosse a mesma, mas que aquilo dependeria da  
10 distribuição de docentes, distribuição das próprias disciplinas e da estrutura curricular dos  
11 programas. Falou que a deliberação não conseguiria dar conta de todas as questões, mas  
12 iria garantir a oferta de disciplinas obrigatórias em português e em língua estrangeira se  
13 fosse o caso, internacionalizando como era o caso da FOP, a unidade que mais oferecia  
14 disciplinas em língua estrangeira, mas também ofereciam outras na língua portuguesa  
15 dando a oportunidade para os alunos se inscreverem. Perguntou se alguém tinha dúvidas  
16 sobre o assunto e passou a palavra para o Sr. Pedro. O conselheiro **Sr. Pedro Michelutti**  
17 **Cheliz (Representante Discente IG)** cumprimentou a todos e disse que sabia que a  
18 Unicamp tinha um plano de internacionalização e que aquilo era algo positivo e poderia  
19 agregar a universidade, mas tinha a preocupação com a questão da inclusão, pois com o  
20 inglês da maneira que estava hoje na educação do Brasil, não era algo acessível a maioria  
21 das pessoas que estavam na idade de ingressar na pós-graduação. Falou que a formação  
22 que os alunos tinham nos cursos da Unicamp não os tornavam fluentes em inglês e por  
23 mais que a normativa falasse que seria apenas disciplinas eletivas e extracurriculares, ao  
24 longo do tempo poderia ter uma certa ambiguidade do que era entendido como eletiva. Deu  
25 como exemplo o curso que estava fazendo que apenas uma disciplina era obrigatória e  
26 outras três eram eletivas, dentre as oferecidas pelo Instituto. Disse que havia pensado se  
27 poderia ser feito um acréscimo que resolveria a questão do risco que algum programa que  
28 usasse aquela ambiguidade começasse de repente a colocar uma quantidade muito grande  
29 de disciplinas eletivas em inglês. Explicou que por semestre poderia ser ofertada dentro do  
30 total de disciplinas de pós-graduação de cada programa um certo percentual em língua  
31 estrangeira. Disse que isso resolveria o problema e impediria que um programa tivesse a

1 maior parte de suas disciplinas eletivas em uma língua que não fosse o português, mas que  
2 também não fosse uma barreira de impedir que pesquisadores estrangeiros pudessem  
3 agregar ao programa. Falou que achava que o percentual caberia ao Conselho discutir e  
4 que fosse algo que garantisse uma certa quantidade de disciplinas em português para que  
5 os alunos não fossem excluídos. Falou que era uma sugestão que havia pensado e  
6 agradeceu a atenção. **A Sra. Presidente** agradeceu e respondeu ao Sr. Pedro que  
7 compartilhava da mesma opinião sobre as dificuldades que os alunos tinham de  
8 acompanhar ou de atender uma disciplina em uma outra língua. Disse que estavam  
9 avançando, mas ainda tinha um cenário de muitas dificuldades, pois grande porcentagem  
10 dos alunos que vinham para a Unicamp, mesmo que na pós-graduação, onde eles tinham  
11 exames de línguas ao longo do curso e precisavam fazer o teste de proficiência, na  
12 qualificação ou antes da defesa de tese. Ressaltou que estava se referindo a multiplicidade  
13 de situações, pois os programas de pós-graduação agiam de maneiras diferentes diante de  
14 algumas situações. Explicou que aquela questão, dificultava saber qual era grau de  
15 qualificação dos alunos em língua estrangeira para a universidade fazer um investimento  
16 como por exemplo, dizer que todas as disciplinas eletivas ou todas as disciplinas da pós-  
17 graduação seriam oferecidas em inglês. Falou que nunca fariam aquilo e não deveriam  
18 porque não estavam em outro país e porque a internacionalização não era só aquilo. Disse  
19 que tinha programas investindo porque já tinham uma certa prática e experiência de  
20 convênios, de contatos de docentes em outras línguas, ou de alunos que viajavam para  
21 fora. Comentou que cada programa tinha um ritmo. Disse que o Sr. Pedro tinha razão  
22 quando falou que deveríamos garantir que para os alunos que quisessem ou precisassem  
23 fazer as disciplinas em português, pois tinha muitos cursos que só tinham uma disciplina  
24 obrigatória. Falou que aquela disciplina obrigatória poderia ser dada em inglês, mas teria  
25 que ser dada em português obrigatoriamente e as outras disciplinas poderiam ser dadas  
26 somente em inglês. Pediu que o Sr. Pedro lesse o Artigo 2º que dizia que as disciplinas  
27 eletivas não específicas, extracurriculares, que compõe os catálogos, poderão ser  
28 oferecidas em língua estrangeira, desde que tivesse outra eletiva em português, reforçou  
29 que sempre colocavam poderão e nunca deverão. Comentou que o seu programa de  
30 Ciência Política tinha muitas disciplinas eletivas para o aluno escolher, então se colocasse  
31 uma porcentagem de 20%, até poderia dar conta, mas se tivesse outro programa com três

1 disciplinas eletivas, perguntou o que faria com aqueles 20%. Comentou que aquilo  
2 dificultaria a realização da grade curricular. Disse que se colocasse uma porcentagem na  
3 deliberação para toda a Unicamp, poderia ser uma grande dificuldade de arranjo dentro dos  
4 próprios programas. Falou que quando colocava desde que você tenha disciplinas eletivas,  
5 os professores, os coordenadores de pós-graduação teriam que se organizar para  
6 oferecerem as duas coisas. Se os professores quisessem fazer boa parte em inglês, teriam  
7 que fazer uma boa parte em português, seja duplicando aquela mesma disciplina ou  
8 trazendo outra disciplina eletiva para a grade curricular. Disse para o Sr. Pedro supor que  
9 tivesse um curso com cinco disciplinas eletivas, além daquela obrigatória ou de duas  
10 obrigatórias, fora o seminário de tese que evidentemente era obrigatório, e tinha as  
11 disciplinas eletivas, então, sabiam que boa parte seria dada em português, até poderia fazer  
12 experimentos em inglês, mas teria que fazer sempre em português e os alunos tinham que  
13 cumprir as disciplinas eletivas e o número de créditos que não era pequeno. Disse que se  
14 colocasse uma porcentagem, muitos cursos que são menores, não dariam conta. Falou que  
15 preferia que aquela forma de redação fosse apreciada novamente pois daria certo desde  
16 que fosse oferecida outra disciplina em português permitindo a opção ao discente. Indagou  
17 se seria uma ou duas por semestre e disse que os programas que teriam que verificar.  
18 Disse que aquela era uma relação de fato de organização da CPG, dos programas,  
19 inclusive entre alunos e professores para fazerem aquela discussão bem-feita  
20 internamente. Perguntou o que o Sr. Pedro achava. O conselheiro **Sr. Pedro Michelutti**  
21 **Cheliz (Representante Discente IG)** agradeceu aos comentários e disse que compreendia  
22 a situação, mas achava que tinha certa ambiguidade no sentido de não especificar a  
23 quantidade, falou que da maneira que estava escrito a palavra outras no plural, se o  
24 programa oferecesse duas disciplinas em português, estaria tudo certo. Disse que tinha  
25 uma sugestão de um pequeno ajuste no texto. Falou que o ajuste era, sejam oferecidas  
26 outras disciplinas eletivas em português, no mínimo na mesma quantidade das disciplinas  
27 que estariam sendo oferecidas em inglês. Falou que entendia que a questão do percentual  
28 não era o caminho, por ter uma diversidade de programas, mas que ele ficava um pouco  
29 preocupado com os alunos, que não tinham o domínio do inglês e que a norma dizia que  
30 tinha que ter, mas não falava o mínimo. Disse que da maneira que estava escrito não seria  
31 impossível para um programa seguir a regra oferecendo duas disciplinas eletivas em

1 português por semestre, mas questionou se aquelas disciplinas fossem sempre as mesmas  
2 oferecidas e o programa eventualmente exigissem que fosse feito quatro eletivas ao total,  
3 fazendo com que o aluno que não domina a língua participasse necessariamente da  
4 disciplina em inglês. Disse que seria interessante dar aquela garantia ao aluno e ter algum  
5 tipo de quantificação no texto. Disse que falar que era uma questão de bom senso e que o  
6 coordenador não faria aquilo não era o suficiente, uma vez que a norma estava permitindo.  
7 A **Sra. Presidente** disse que a Unicamp tinha um plano de internacionalização que  
8 certamente não era somente dar aula em inglês. Falou que quando faziam uma deliberação  
9 sempre caíam em armadilhas, porque, as vezes colocavam uma norma específica que não  
10 estava traduzindo a experiência real. Disse que o programa PRINT tinha 6 anos e que um  
11 dos indicadores de sucesso pelo relatório que a CAPES solicitava, era exatamente o  
12 número de disciplinas que a pós-graduação oferecia em inglês e que aquele número era  
13 pequeno, no caso da Unicamp, pensando no número de projetos. Falou que eram 116  
14 projetos para 83 programas. Comentou que somente um programa de pós-graduação não  
15 participou do PRINT que foi a FT e nos outros 80 programas, o número de disciplinas, se  
16 somasse, era pequeno. Disse que a FOP talvez fosse a unidade que mais ofertou disciplina  
17 em inglês. Disse que a unidade tinha outras experiências, mas que ao longo daquele tempo  
18 em que tinham recurso, tiveram a oportunidade de trazer professores de outros países e  
19 enviaram professores para fora. Disse que a pós-graduação não aumentou o número de  
20 disciplinas. Falou que aquele era um projeto e sabia que ele não podia vir sozinho. Explicou  
21 que o vir sozinho significava que a Unicamp teria que dar conta de garantir recursos e  
22 aprendizado em outras línguas pois nem todos os alunos tinham condições de estudar em  
23 uma escola como a Cultura Inglesa. Disse que tinha um programa organizado pela  
24 graduação, com a pós-graduação e a DERI que chamava Tutoria em inglês para a  
25 ampliação do acesso a língua. Falou que a sugestão era encaminhar a norma e terem a  
26 vivência de um ou dois semestres para sentirem como seria a experiência e se não desse  
27 certo, voltariam a discutir. Disse que os professores não iam se organizar do dia para a  
28 noite para decidirem dar o curso em inglês. Falou que ela tinha vários cursos eletivos  
29 preparados em português e estava dando uma obrigatória naquele semestre que  
30 certamente estava sendo dada em português. Disse que quando se falava, podendo ter  
31 uma eletiva em inglês, a internacionalização que estava na sua cabeça, ao longo daqueles

1 anos em que haviam saído de uma pandemia para a normalidade, sempre foi pensando  
2 em convidar um professor de outro país como Inglaterra, ou França para ministrar um curso.  
3 Comentou que aquele curso era uma iniciativa de internacionalização porque estava  
4 trazendo um docente para dar aula em inglês ou francês, ou até mesmo um curso online  
5 caso não conseguissem recursos para trazer o professor de fora. Falou que o aluno estaria  
6 acompanhando aquele curso eletivo para agregar o currículo. Disse que a ideia era abrir  
7 possibilidades de que a internacionalização acontecesse, não para forçar o aluno a falar  
8 inglês. Disse que o discente precisava ter pelo menos uma noção para conseguir defender  
9 e que não fazia sentido passar pela pós-graduação sem ter aquele aprendizado. Perguntou  
10 ao Sr. Pedro o que ele achava. O conselheiro **Sr. Pedro Michelutti Cheliz (Representante**  
11 **Discente IG)** quis deixar claro que a intenção não foi dizer que era contra o oferecimento  
12 de disciplinas em inglês, achava que era algo que poderia agregar. Disse que a questão  
13 colocada, era que tivesse uma salvaguarda para garantir sempre um mínimo de disciplinas  
14 em português. A **Sra. Presidente** disse que via no Inciso I do Artigo 2º o que o Sr. Pedro  
15 chamava de salvaguarda. O conselheiro **Sr. Pedro Michelutti Cheliz (Representante**  
16 **Discente IG)** disse que a frase do Inciso I do Artigo 2º, permitindo a opção, pressupunha  
17 que o aluno poderia terminar o curso, mas seria um cenário hipotético que poderia não  
18 acontecer. Questionou quantas disciplinas eram suficientes para o aluno se formar. A **Sra.**  
19 **Presidente** disse que se o curso tiver somente três disciplinas eletivas, uma teria que ser  
20 oferecida em inglês e outra em português. Falou que se tivesse cinco disciplinas e duas  
21 fossem em inglês, precisaria ter outra em português. Disse que a cada semestre aquela  
22 poderia ser uma questão, desde que tivesse ao menos uma disciplina em português.  
23 Finalizou dizendo que a palavra estava aberta. A conselheira **Profa. Nashieli Cecilia**  
24 **Rangel Loera (IFCH)** cumprimentou a todos e todas. Disse que entendeu que não  
25 poderiam propor mudanças no documento, por ser uma deliberação da CEPE, mas gostaria  
26 de um esclarecimento. A **Sra. Presidente** disse que a PRPG estava montando aquela  
27 deliberação e poderia ser modificada. A conselheira **Profa. Nashieli Cecilia Rangel Loera**  
28 **(IFCH)** pediu um esclarecimento sobre o Artigo 3º, que dizia que as coordenações dos  
29 programas de pós-graduação seriam os responsáveis pela proposta de disciplinas.  
30 Questionou se outro professor ou professora poderia oferecer, mas o responsável teria que  
31 ser o coordenador ou coordenadora do programa de pós-graduação. A **Sra. Presidente**

1 respondeu que os coordenadores seriam responsáveis pela proposta e não pela disciplina.  
2 A conselheira **Profa. Nashieli Cecilia Rangel Loera (IFCH)** disse que no IFCH já teve uma  
3 discussão sobre o planejamento estratégico. Falou que com o PRINT o IFCH trouxe  
4 professores de fora, mas os prazos eram complicados. Disse que envolvia um planejamento  
5 anterior de vários setores da unidade e da Unicamp para ajudar os programas a fazerem  
6 aquilo. Questionou que se não puderam especificar como o Sr. Pedro colocou, talvez o  
7 assunto pudesse ser levado a discussão de planejamento estratégico dos programas. A  
8 **Sra. Presidente** disse que no Artigo 3º da deliberação tinha uma salvaguarda. Falou que  
9 não podiam no meio do semestre decidir que a disciplina que estava sendo oferecida em  
10 português a partir daquele momento seria dada em inglês. Disse que não havia mudança  
11 sem antes passar pela aprovação da coordenação. A conselheira **Profa. Nashieli Cecilia**  
12 **Rangel Loera (IFCH)** falou que entendia que havia uma salvaguarda, mas sugeriu que  
13 pudesse incorporar que aquela discussão fosse feita dentro do planejamento estratégico  
14 do programa, para que a CPG fosse envolvida. Sugeriu colocar no documento o que o Sr.  
15 Pedro havia comentado. A **Sra. Presidente** perguntou se era o documento do programa. A  
16 conselheira **Profa. Nashieli Cecilia Rangel Loera (IFCH)** pediu para fazer menção na  
17 minuta, sobre o planejamento estratégico que envolvia uma comunidade mais alta. A **Sra.**  
18 **Presidente** explicou que naquele caso a pós-graduação estava permitindo uma ingerência  
19 da CEPE no planejamento estratégico dos programas e não sabia se era o melhor caminho.  
20 A conselheira **Profa. Nashieli Cecilia Rangel Loera (IFCH)** perguntou se aquele  
21 documento já não era. A **Sra. Presidente** disse que não era nos programas, mas sim na  
22 Universidade toda. A conselheira **Profa. Nashieli Cecilia Rangel Loera (IFCH)** perguntou  
23 se era na pós-graduação. A **Sra. Presidente** respondeu que sim, que os programas tinham  
24 que se organizar e adotar uma regra mínima básica do sistema de pós-graduação para o  
25 planejamento. A conselheira **Profa. Nashieli Cecilia Rangel Loera (IFCH)** disse que no  
26 Artigo 1º que estava escrito, as disciplinas obrigatórias que compõem os catálogos poderão  
27 ser oferecidas. Falou que naquele caso não era obrigatório. A **Sra. Presidente** falou que  
28 poderiam ser oferecidas em igualdade de condições com as oferecidas em português.  
29 Disse que desde que obrigatoriamente fosse oferecida pelo menos uma turma da disciplina  
30 de língua portuguesa no mesmo semestre. Falou que a norma não estava facilitando e sim  
31 permitindo que a disciplina fosse dada em inglês. Disse que era uma norma de deliberação

1 que podia ser retomada se tivesse algum problema. Falou que em dois semestres dava  
2 para saber se a deliberação estava funcionando. A conselheira **Profa. Nashieli Cecilia**  
3 **Rangel Loera (IFCH)** disse que em um semestre não dava para medir a eficiência da  
4 deliberação. A **Sra. Presidente** respondeu que em dois semestres poderia retomar o  
5 assunto e perguntou se havia mais dúvidas. O conselheiro **Prof. Plamen Emilov**  
6 **Kochloukov (IMECC)** cumprimentou a todos e disse que como já havia falado na reunião  
7 passada, achava que a deliberação era um problema para os programas. Falou que os  
8 programas não iam oferecer disciplinas em língua estrangeira se tivessem que dobrar a  
9 carga didática e iam ser cobrados das agências de fomento. Falou que via a deliberação  
10 como extremamente restritiva e inadequada para o momento. Disse que no Inciso I do  
11 Artigo 1º poderia trocar a palavra obrigatoriamente por preferencialmente. A **Sra.**  
12 **Presidente** respondeu ao Sr. Plamen que não poderia fazer a troca pois os cursos  
13 obrigatórios por Lei Federal precisavam ser dados em português. O conselheiro **Prof.**  
14 **Plamen Emilov Kochloukov (IMECC)** disse que a Unicamp não tinha um sistema  
15 adequado para oferecer disciplinas em língua estrangeira na graduação e pós-graduação  
16 pois poucos alunos tinham condições de pagar um curso particular em Barão Geraldo que  
17 eram caros e os discentes teriam que gastar mais da metade da bolsa que ganhavam.  
18 Falou que o CEL não oferecia cursos de língua estrangeira e quando oferecia, era difícil  
19 conseguir uma vaga. Disse que a pós-graduação precisava agir e mitigar aquela  
20 obrigatoriedade do oferecimento simultâneo de disciplinas em português e em língua  
21 estrangeira pois os programas não tinham condições de oferecer. Falou que reforçava a  
22 sua posição contrária a deliberação e que a pós-graduação tinha que agir para melhorar o  
23 conhecimento dos alunos em línguas estrangeiras. Disse que o IMECC tinha vários alunos  
24 de pós-graduação de países vizinhos e a Unicamp não dava um curso de português para  
25 os discentes e que ao invés de fazer aquela deliberação tinham que pensar em melhorar o  
26 nível de conhecimentos dos discentes em línguas estrangeiras. O conselheiro **Prof. Savio**  
27 **Souza Venancio Vianna (FEQ)** cumprimentou a todos. Falou que a discussão do Artigo 1º  
28 até certo ponto era inócua porque tinha a lei federal que dizia que tinha que ser oferecida  
29 em português. Disse que a solução para o problema era acabar com a disciplina obrigatória  
30 porque naquele caso todas seriam eletivas e dado que naquela oferta de disciplinas tinham  
31 em português. Falou que o problema estava resolvido, mas que daquela maneira criavam

1 um outro problema que já tinha sido discutido na reunião passada e que agora estavam  
2 discutindo que a universidade não tinha condição via CEL de atender toda a demanda dos  
3 diversos alunos, seja em espanhol, seja em inglês e que a questão era financeira. Falou a  
4 Sra. Presidente que seguindo os dois semestres não sabia se teriam a fotografia do que ia  
5 ser a pós-graduação. Deu o exemplo da FEQ que tinha três alunos estrangeiros, um da  
6 Nigéria, um do Paquistão e um de Bangladesh e não tinha como discutir a língua que seria  
7 dado o curso, tinha que ser em inglês, com aquela situação os professores perguntavam  
8 para a turma, se os alunos concordavam de o curso ser dado em inglês, caso não fosse  
9 possível, os alunos estrangeiros usavam um sistema de inteligência artificial de tradução.  
10 A **Sra. Presidente** disse que não queria discutir a questão das dificuldades que os alunos  
11 tinham para aprender a língua estrangeira. Disse que deviam discutir uma deliberação que  
12 regulamentasse as possibilidades e não os deveres e obrigações de dar uma disciplina em  
13 outra língua. Falou que o sistema daria a possibilidade de a disciplina ser em uma língua  
14 estrangeira desde que aprovada pela CPG e que tivesse a obrigatoriedade de ser dada em  
15 português. Disse que estava cheio de salvaguarda para dar conta das dificuldades dos  
16 alunos. Falou que o Prof. Sávio tinha dado um ótimo exemplo. Disse que os professores  
17 queriam que os alunos estrangeiros viessem para a Unicamp. Comentou que o português  
18 não era uma língua fácil e muitas pessoas não falavam e até mesmo não sabiam aquela  
19 língua em outro lugar do mundo e não seria os alunos de Bangladesh que saberiam e que  
20 naquele caso o curso teria que ser em inglês, mas que aquilo não irá ocorrer se a CPG  
21 aprovar e o sistema permitir aquela disciplina de acontecer. Disse que estava começando  
22 a normatizar o que poderia ser inevitável em uma proporção pequena. Falou que não  
23 achava que a Unicamp iria receber tantos alunos estrangeiros, que não sabiam como  
24 abordar a língua portuguesa, mas que precisavam abrir aquelas possibilidades. Disse que  
25 a deliberação estava regulamentando aquela situação e que não parecia algo complicado.  
26 Sugeriu que aprovassem e voltassem a discutir futuramente. A conselheira **Profa. Márcia**  
27 **Azevedo de Abreu (IEL)** disse que já tinham discutido tudo aquilo na reunião passada e  
28 que a pós-graduação não era o lugar de ensinar inglês nas diferentes disciplinas. Falou que  
29 sabia que os alunos precisavam aprender e que tinham dificuldades, pois o CEL não  
30 atendia a todos, mas que aquele era um assunto paralelo. Disse que a deliberação permitia  
31 que oferecessem quantas disciplinas eletivas quisessem em inglês. Falou que se

1 quisessessem fazer vinte por semestre em eletiva, poderia e que as obrigatórias estariam  
2 garantidas para o aluno, que seria dada em português. Disse que como era sempre possível  
3 voltar a discutir o assunto, tudo estava resolvido, pois se não desse certo em um ou dois  
4 semestres, retomavam a discussão. O conselheiro **Prof. José Guilherme Cecatti (FCM)**  
5 cumprimentou a todos. Disse que tinha algumas considerações a fazer baseado na  
6 experiência do programa da FCM. Falou que não sabia qual era a normatização, a  
7 padronização de critérios de seleção dos alunos em todas as unidades, mas que na FCM  
8 a proficiência de língua estrangeira, o inglês, era um requisito de entrada. Disse que aquela  
9 proficiência obtida, embora não fosse do mais alto nível, estava sendo suficiente para  
10 permitir aos alunos frequentarem as poucas disciplinas que eram dadas em inglês. Falou  
11 que achava que ninguém estava muito conhecedor da situação real das disciplinas que são  
12 ministradas em inglês e da receptividade de professores e alunos, devida as manifestações  
13 que tiveram na reunião. Falou que sua sugestão era fazer um processo de avaliação das  
14 disciplinas que já foram oferecidas em inglês juntos aos seus respectivos professores e  
15 alunos para obterem um resultado positivo ou não. Falou que mencionaram muito sobre os  
16 alunos estrangeiros no processo de internacionalização, mas na FCM, a grande maioria  
17 dos alunos estrangeiros eram da América Latina, América Central e países africanos de  
18 língua portuguesa, onde a língua inglesa não era um problema e na reunião, não estavam  
19 discutindo em dar disciplinas em espanhol ou em francês para alunos que vinham do Haiti.  
20 Disse que achava aquela resolução prematura. Falou que não concordava com o Prof.  
21 Plamen sobre a deliberação ser um problema aos programas e achava que todas as  
22 unidades iam continuar com as adaptações que fizeram até agora que era dar a disciplina  
23 em inglês. Falou que como tinha mais disciplina eletiva do que obrigatória, o aluno era  
24 quase que forçado a optar por alguma daquelas disciplinas. Disse que foi muito positiva a  
25 experiência que tiveram na FCM e que foi um treino tanto para o aluno, quanto para o  
26 professor que não era um *native speaker* de inglês. Falou que aquela experiência  
27 proporcionou ao aluno, participar de congresso, participar de reunião internacional e fazer  
28 contatos com parceiros internacionais de projetos de pesquisa. Disse que achava que  
29 poderia continuar do jeito que estava e para uma segunda fase que provavelmente virá  
30 daqui alguns anos, quando tiverem uma plateia de alunos de pós-graduação realmente  
31 internacional do ponto de vista linguístico, abarcando outras línguas. A conselheira **Sra.**

1 **Maiane Junqueira Teixeira Neto (Representante Discente FEEC)** cumprimentou a todas  
2 e todos. Comentou que uma das experiências que teve no intercâmbio, foi quando chegou  
3 nos Estados Unidos e tinha um centro de apoio a pessoas que falavam inglês como  
4 segunda língua, mas que ao entrar em contato com um professor estadunidense para que  
5 pudesse fazer a prova daquele centro de línguas, o professor disse que como ela havia  
6 optado por estudar nos Estados Unidos, ela deveria ser capaz de fazer as atividades e  
7 assistir a aula em língua inglesa. Falou que ficava pensando como seria a  
8 internacionalização no sentido de adaptação aos alunos que estavam vindo para a  
9 Unicamp. Disse que entendia que existiam pessoas estrangeiras vindo para a universidade  
10 e sabia que não tinham aprendido a língua de um dia para o outro, mas a questão de saber  
11 a língua portuguesa ia além da Unicamp. Falou que envolvia o aluno ser capaz de  
12 sobreviver fora da universidade e o quanto o ensino da língua inglesa nas escolas era  
13 defasado. Disse que muitas pessoas que tiveram oportunidade de aprender inglês, estava  
14 mais ligada em ter um privilégio do que um direito de aprender a segunda língua. Falou que  
15 era benéfico ter uma disciplina em língua inglesa, mas sem ignorar o fato de que o Brasil  
16 era rodeado por países de língua espanhola, portanto o empenho teria que ser o mesmo  
17 para o oferecimento de disciplina em espanhol. Disse que do ponto de vista como aluna,  
18 das coisas que afetavam os discentes, tinha algumas pautas como, ser oferecido um curso  
19 de língua estrangeira para brasileiros, o que era bem difícil atualmente. Comentou que fazia  
20 um curso de língua estrangeira em um projeto criado pelos alunos e alunas com o intuito  
21 de ensinar língua estrangeira por um preço acessível chamado CPL. Falou que o projeto  
22 era de alunos e não institucional da universidade. Falou que deveria ser oferecido língua  
23 portuguesa para estrangeiros, além daquela tutoria que a Sra. Presidente comentou. Disse  
24 que por último queria lembrar que para acontecer a internacionalização, os estudantes  
25 precisavam fazer exames extremamente caros como o TOEFL. Falou que a bolsa dos  
26 alunos teve um aumento, mas não significativo para conseguirem pagar um aluguel decente  
27 em Barão Geraldo e tirar dinheiro do próprio bolso para pagar o exame e irem representar  
28 a Unicamp fora do país. Disse que precisava ter uma verba destinada para aquela situação  
29 e agradeceu. A **Sra. Presidente** agradeceu e falou que concordava com várias questões  
30 apontadas pela Sra. Maiane, mas que no momento estavam discutindo outro assunto. A  
31 conselheira **Sra. Maiane Junqueira Teixeira Neto (Representante Discente FEEC)**

1 respondeu que sabia, mas como aluna representante da reunião, precisava expor aqueles  
2 pensamentos. A **Sra. Presidente** respondeu que podiam fazer aquela discussão em outro  
3 momento. Pediu que o Sr. Fernandy se manifestasse após as falas do Prof. Enelton e do  
4 Prof. Daniel. Informou que a convidada, a Prof. Cláudia Medeiros já havia chegado, portanto  
5 queria terminar a discussão e ir para a votação. O conselheiro **Prof. Enelton Fagnani (FT)**  
6 cumprimentou a todos e disse que todas aquelas discussões eram válidas, principalmente  
7 a questão do espanhol, porque parecia que todo brasileiro achava que sabia falar a língua,  
8 mas na hora que precisava, tinha inúmeras dificuldades. Comentou que quando morou um  
9 ano na Espanha, não foi achando que sabia falar a língua e quando chegou no país  
10 descobriu que realmente não sabia. Falou que até por preconceito, as pessoas achavam  
11 que não precisavam investir em um curso de espanhol pois achavam a língua fácil, mas  
12 que aquele não era o objetivo da norma. Disse que a norma era para viabilizar algumas  
13 situações que já estavam acontecendo. Falou que ninguém ia dar disciplina duas vezes,  
14 em português e em inglês. Comentou que quando fez doutorado na Engenharia Civil, só  
15 tinha disciplinas em português e muitas das que estavam disponíveis não interessava a ele  
16 e aos colegas, e com isso optavam em fazer disciplina em outros institutos. Falou que  
17 achava que aquele receio de ser obrigado a fazer uma disciplina em inglês para cumprir os  
18 créditos não ocorreria e que dificilmente o aluno não teria a opção de escolher uma  
19 disciplina de outro instituto de acordo com o tema trabalhado. Falou que no programa da  
20 FT aquilo era totalmente permitido e até incentivado. Disse que os professores precisavam  
21 escutar e envolver os alunos. Falou que se a disciplina, do jeito que foi imposto não  
22 estivesse dando certo, voltariam a discutir em como melhorar. A **Sra. Presidente**  
23 comentou que os alunos não iam nem se matricular. O conselheiro **Prof. Enelton Fagnani**  
24 **(FT)** concordou e disse que as discussões eram interessantes para um plano maior. Falou  
25 que tinham que incentivar os alunos aprenderem línguas, mas que não era o objetivo  
26 daquela norma. Falou que aquela norma estava permitindo que alguém conseguisse  
27 começar uma discussão sobre todos os pontos colocados na reunião. Disse que era uma  
28 provocação. A **Sra. Presidente** disse que não era uma provocação e que não estavam  
29 acrescentando nada, mas sim regulamentando o que já vinha acontecendo. O conselheiro  
30 **Prof. Daniel Albiero (FEAGRI)** falou que na reunião passada foram as mesmas discussões  
31 e achava que deveriam ir direto para a votação. A **Sra. Presidente** pediu que o Sr. Fernandy

1 se manifestasse e disse que aquela discussão que parecia inócua era importante  
2 administrativamente. O **Sr. Fernandy Ewerardy de Souza (DAC)** cumprimentou a todos e  
3 disse que a norma não estava obrigando ninguém a oferecer disciplina em outra língua.  
4 Falou que o problema era que, atualmente todas as disciplinas registradas na vida  
5 acadêmica do aluno eram somente em português, mesmo que a disciplina tivesse sido  
6 ministrada em uma língua estrangeira e por isso precisavam normatizar. A **Sra. Presidente**  
7 perguntou se tinham compreendido que era uma necessidade administrativa e não de  
8 mudança acadêmica de fundo dos programas. A conselheira **Profa. Nashieli Cecilia**  
9 **Rangel Loera (IFCH)** comentou que a reunião poderia ter começado com a fala do Sr.  
10 Fernandy. A **Sra. Presidente** disse que achava que os membros tinham feito aquela  
11 discussão na reunião passada. Perguntou se existia outra proposta concreta, pois iria  
12 colocar a norma original em votação e depois votariam a proposta de mudança sugerida  
13 pelo Sr. Pedro. O conselheiro **Prof. Tiago Zenker Gireli (FECFAU)** disse que tinha uma  
14 sugestão que talvez atendesse aos dois lados da redação. Falou que em vez de esmiuçar  
15 aquela questão de percentual, fazer um parágrafo que diga que em todos os casos, devia  
16 ser garantido ao aluno cumprir o percurso formativo com as disciplinas ministradas em  
17 língua portuguesa. Disse que daquela forma flexibilizava, por exemplo, não ter que dar no  
18 mesmo semestre, inglês e português uma disciplina obrigatória, mas poderia dar em  
19 semestres alternados pois, o aluno teria pelo menos três semestres para fazer a disciplina,  
20 então ele poderia dar em um semestre a disciplina obrigatória em inglês, em outro semestre  
21 em português e no terceiro semestre em inglês. Disse que daquela forma colocaria em um  
22 parágrafo tudo o que havia sido discutido em reunião. A **Sra. Presidente** respondeu que  
23 não achava que era uma boa ideia a questão da porcentagem, por questões de  
24 heterogeneidade dos programas de pós-graduação. Disse que era difícil colocar aquilo em  
25 uma deliberação ampla para a universidade. Falou que a proposta do Prof. Thiago era uma  
26 solução e garantia ao aluno que o seu percurso de formação fosse feito em português. O  
27 conselheiro **Prof. Tiago Zenker Gireli (FECFAU)** falou que a sua sugestão, suprimiria a  
28 questão do oferecimento de disciplinas em português, porque a garantia já obrigava  
29 naquele parágrafo e suprimiria aquela obrigatoriedade de a disciplina obrigatória ser dada  
30 em português e inglês no mesmo semestre. Disse que entendia que o aluno não tinha  
31 somente um semestre para fazer a disciplina e com aquilo poderia alternar a língua da

1 disciplina em cada semestre. A **Sra. Presidente** disse que iria colocar em votação a norma  
2 do jeito que estava e depois a votação das propostas de mudança no texto. Perguntou ao  
3 Sr. Pedro se ele estaria de acordo. O conselheiro **Sr. Pedro Michelutti Cheliz**  
4 **(Representante Discente IG)** perguntou se iam votar a norma sem a alteração do texto. A  
5 **Sra. Presidente** disse que votariam a norma sem alteração e após a aprovação, colocava  
6 em votação as propostas de mudança do que já foi aprovado, pois precisava da aprovação  
7 completa para aquilo. O conselheiro **Sr. Pedro Michelutti Cheliz (Representante**  
8 **Discente IG)** disse que compreendia que era um processo legítimo de encaminhamento da  
9 mesa, mas entendia que a redação como estava, abria margem. A **Sra. Presidente**  
10 respondeu que naquele caso o Sr. Pedro poderia votar contra. O conselheiro **Sr. Pedro**  
11 **Michelutti Cheliz (Representante Discente IG)** respondeu que sim, mas pensava que se  
12 votasse contra e perdesse, procurariam melhorar na sequência, se fosse de fato aprovada.  
13 A **Sra. Presidente** perguntou se podia colocar em votação. O conselheiro **Sr. Pedro**  
14 **Michelutti Cheliz (Representante Discente IG)** respondeu que achava que daquela forma  
15 iam perder a oportunidade de aprovar a norma por consenso. A **Sra. Presidente** respondeu  
16 que aquela mesma discussão havia se estendido na reunião passada e a norma acabou  
17 sendo retirada de pauta. Disse que a deliberação precisava ser votada, mas parecia que  
18 estava tudo igual e sem consenso sobre aquela política. Falou que tinha a clara  
19 necessidade administrativa, pois o aluno precisava ter em seu currículo, pelo sistema  
20 aprovado pela DAC, a forma como a disciplina foi ministrada, em inglês ou em outra língua  
21 estrangeira. Disse que aquela necessidade de colocar no sistema a maneira como a  
22 disciplina foi dada, que motivou aquela deliberação e não a internacionalização. Após todas  
23 as manifestações a Sra. Presidente colocou em votação a proposta de Deliberação CEPE,  
24 que foi aprovada com um (1) voto contrário e duas (2) abstenções. A **Sra. Presidente** pediu  
25 para interromper a pauta e apresentou a convidada da reunião, a Profa. Cláudia Medeiros.  
26 Disse que no expediente tinha o tema do Repositório de Dados da Unicamp e explicou que  
27 aquela era uma política da universidade, de registrar todos os dados produzidos em teses  
28 e dissertações. Comentou que a USP, a UNESP e outras universidades tinham aquele  
29 repositório de dados e que era uma política institucional para controlar tudo o que faziam  
30 com os recursos públicos. Falou que quem tinha projetos FAPESP produzia dados objetivos  
31 que tinham que ser inseridos no REDU para que a comunidade científica pudesse ter amplo

1 acesso. Disse que a Profa. Cláudia como coordenadora do REDU, estava mobilizando  
2 esforços para que aquela adequação fosse feita na Unicamp e ia explicar a todos como  
3 funcionava o repositório de dados. A **Prof. Cláudia Medeiros (IC-REDU)** cumprimentou a  
4 todos e disse que era uma alegria estar na reunião. Falou que era professora em banco de  
5 dados do Instituto de Computação e coordenadora da Comissão que cuidava do  
6 Repositório de Dados da Unicamp, o REDU. Disse que existia um repositório de dados para  
7 que dados produzidos por pesquisa de mestrado, doutorado e até iniciação científica  
8 fossem inseridos. Falou que aqueles dados, eram chamados de metadados. Comentou que  
9 existia um movimento mundial que se chamava Ciência Aberta e deu como exemplo a  
10 Holanda e a Inglaterra que tinham pessoas que faziam a parte das boas práticas em ciência,  
11 e disponibilizavam os dados e com aquilo, conseqüentemente a pesquisa se tornava mais  
12 visível. Disse que tinham pessoas da Unicamp, cujos dados estavam disponíveis e eram  
13 citados 10% a mais e aquilo significava maior visibilidade. Explicou que cada conjunto de  
14 dados cadastrados era gerado um DOI que precisava ser inserido no SIGA para a  
15 homologação. A **Sra. Presidente** comentou que o SIGA teria que ser alterado para que o  
16 aluno pudesse se inscrever para defender, e que ele teria que preencher outras  
17 informações além das que já preenchia atualmente. Disse que o Sr. Fernandy explicou que  
18 a DAC só faria a mudança no SIGA depois que a Minuta fosse aprovada. Falou que as  
19 questões estavam sendo articuladas daquela maneira e que não seriam obrigatórias  
20 imediatamente. A **Prof. Cláudia Medeiros (IC-REDU)** concordou e disse que ao cadastrar  
21 os dados, o sistema gerava um DOI, comentou que a tese poderia inclusive citar como  
22 referência o DOI dos dados que ela produziu e que eventualmente seriam ou não colocados  
23 no REDU. Disse que o repositório tinha um catálogo que era como um índice, que dizia  
24 quais arquivos tinham e onde estavam. Falou que os metadados era como catalogar o  
25 arquivo, como se fosse uma entrada no Lattes, com título, autores e palavras-chave  
26 associadas ao arquivo. Comentou que até o momento tinham 327 conjuntos de arquivos  
27 abertos no REDU para que qualquer pesquisador de qualquer lugar do mundo pudesse  
28 consultar e 5.887 downloads. Falou que estava tendo uma evolução grande pela percepção  
29 da comunidade de pesquisa da Unicamp. Comentou que havia estudos pelo mundo, que  
30 apontava que alguns dados iam desaparecendo pois não eram bem preservados e o REDU  
31 prezava por manter e preservar todos os dados inseridos e aquela ação ajudava na

1 replicabilidade e reuso. Falou que a Unicamp também tinha um Repositório de Produção  
2 de Artigos pois a FAPESP exigia. Comentou que já estavam com algumas chamadas  
3 CAPES, CNPq e grandes editoras de periódicos. Disse que o REDU fazia parte de um  
4 Conjunto de Repositórios e todos os dados inseridos eram exportados para uma interface  
5 única desenvolvida para um grupo de universidades do Estado de São Paulo como  
6 UFSCar, UNESP, UNIFESP, ITAUSP, UFABC, entre outras. Falou que para homologar  
7 uma tese, o aluno tinha que cadastrar e inserir os dados, exceto em casos em que os dados  
8 que já estivessem inseridos em outro repositório, por questões legais como propriedade  
9 intelectual, entre outros. Disse que o artigo poderia ter vários autores, mas, estipulavam  
10 que o orientador teria que ser coautor. Comentou que alunos estavam cadastrando dados  
11 no REDU como autores únicos e a Unicamp não considerava aquilo como uma realidade.  
12 Falou que para cadastrar dados, era preciso definir o título que poderia ser um arquivo ou  
13 um conjunto de arquivos, palavras-chave, autores, um resumo, agência de fomento e  
14 declarar que não violava a Legislação da Comissão Ética em Pesquisa ou a Lei Geral de  
15 Proteção de Dados. Disse que após o aluno cadastrar as informações, o orientador  
16 precisava na hora da homologação, confirmar se aquele cadastro tinha gerado o DOI dos  
17 dados daquela tese ou dissertação. A **Sra. Presidente** disse que a Instrução normativa  
18 estava na pauta para ser votada. A **Profa. Cláudia Medeiros (IC-REDU)** comentou que  
19 muitas dúvidas ocorreram, porque o REDU existia desde 2019, mas a regulamentação foi  
20 feita no final de 2020 devida a pandemia e com isso, houve uma dificuldade de as pessoas  
21 começarem a cadastrar os dados, mas agora estavam acelerando o processo. A **Sra.**  
22 **Presidente** pediu para a Profa. Cláudia dar um exemplo do que poderia ou não ficar aberto  
23 para pesquisa. A **Profa. Cláudia Medeiros (IC-REDU)** respondeu que ficaria aberto  
24 qualquer dado que não pudesse identificar os participantes daquela pesquisa. Falou que  
25 era um novo termo de consentimento livre e esclarecido da Unicamp desde 2023 e que a  
26 pessoa que participou daquele estudo, concordava que os dados fossem abertos para a  
27 comunidade mundial de pesquisa desde que os dados sensíveis fossem anonimizados.  
28 Disse que projetos que estavam passando por patentes não poderiam ser colocados no  
29 REDU. Explicou que no resumo deveria conter a justificativa dos dados que não puderam  
30 ser disponíveis. O conselheiro **Prof. Daniel Albiero (FEAGRI)** comentou que trabalhava  
31 muito com a parte de inovação e patente e ficou sabendo que no INOVA tinha várias formas

1 de licenciar o projeto, com ou sem exclusividade e já havia ocorrido de um projeto sem  
2 exclusividade ser licenciado por uma empresa e graças a possibilidade do REDU, outra  
3 empresa também quis licenciar. Falou que aquilo era muito legal porque não tinha nenhum  
4 dado de patente, mas estava lá para quem quisesse conversar com o professor ou com o  
5 INOVA. O conselheiro **Sr. Marcelo Felipe Silva Estácio de Santana (Representante**  
6 **Discente FEA)** perguntou como que ele teria que fazer se quisesse produzir um artigo  
7 através dos próprios dados. A **Profa. Cláudia Medeiros (IC-REDU)** respondeu que a  
8 inserção dos dados no REDU era independente dos artigos da Unicamp. Disse que  
9 cadastrar os metadados geraria o DOI e os dados inseridos poderiam ter várias versões,  
10 cada versão geraria um novo DOI e todas elas eram mantidas no DOI original. Falou que  
11 não queriam que o REDU virasse um depósito para pessoas que não tem espaço na nuvem  
12 e para que aquilo não ocorresse, o orientador do aluno teria que dar um aval dizendo que  
13 os dados seriam de algum projeto específico. Falou que poderia inserir os dados a qualquer  
14 momento e deu como exemplo uma aluna que estava desenvolvendo uma pesquisa de  
15 doutorado cujo dados já tinham sido cadastrados e citados em dois artigos com uma versão  
16 inicial dos dados inserida e que aquela discente defenderia sua tese daqui a dois anos, mas  
17 já tinha dados citados e citáveis, com uma pesquisa visível externamente. A **Sra.**  
18 **Presidente** disse que fizeram ao longo do tempo, pesquisas nacionais por amostragens,  
19 sobre comportamento e valores e que todos os dados foram registrados no REDU e que a  
20 ideia era que todas as pessoas que inserissem os dados no repositório ganhassem  
21 visibilidade. Disse que aquelas pesquisas já duravam vinte anos e ao longo do tempo,  
22 pessoas externas, tinham entrado em contato. Falou que no caso da tese era diferente,  
23 pois o aluno registrava no SIGA e o sistema que informava se a tese teria que ser inserida  
24 no REDU ou não, portanto o aluno teria um clique a mais na hora de encaminhar o pedido  
25 de defesa, dissertação e tese. A **Profa. Cláudia Medeiros (IC-REDU)** respondeu que era  
26 de homologação. A **Sra. Presidente** concordou e disse que seria encaminhado para o  
27 orientador e depois para a PRPG homologar. A **Profa. Cláudia Medeiros (IC-REDU)** disse  
28 que a vantagem dos metadados estarem no REDU era que gerava o DOI associado à  
29 Unicamp e aquilo dava visibilidade. Falou que valia para a CAPES e que a comunidade de  
30 pesquisa brasileira estava tentando que o Lattes fosse mudado para que o dado com DOI  
31 fosse reconhecido, pois naquele momento era uma produção adicional terciária. O

1    conselheiro **Prof. Enelton Fagnani (FT)** perguntou qual era o risco que corria caso alguém  
2    acesse os dados inseridos e publicasse sem citar as pessoas envolvidas. A **Profa.**  
3    **Cláudia Medeiros (IC-REDU)** disse que era o mesmo risco de alguém pegar um artigo,  
4    usar os resultados e não citar ninguém. O conselheiro **Prof. Enelton Fagnani (FT)** disse  
5    que achava perigoso abrir os dados antes da publicação, pois costumava ver artigos que  
6    as pessoas publicavam e não revelavam os envolvidos e com aquilo, estava cada vez mais  
7    difícil reproduzir um artigo. A **Profa. Cláudia Medeiros (IC-REDU)** respondeu que para  
8    homologar uma tese ou dissertação, tinha que no mínimo cadastrar e publicar os dados  
9    não disponíveis por alguma razão e que a decisão de inserir ou não antes da publicação  
10   era dele. Falou que esteve a frente de todas as políticas na FAPESP e que recebia muitas  
11   dúvidas em relação a ser público ou não, e que a única resposta que podia dar, era que  
12   publicado o trabalho, tinha que divulgar os dados e que se fosse um trabalho em conjunto  
13   de vários alunos, todos usariam os mesmos dados. O conselheiro **Prof. Carlos Henrique**  
14   **Inacio Ramos (IQ)** cumprimentou a todos e disse que vinha assistindo aos seminários da  
15   Profa. Cláudia Medeiros há muito tempo. Falou que só entendeu o REDU na primeira vez  
16   que foi feito um Meet para o Instituto de Química e ele pôde perguntar diretamente como  
17   inserir os dados, questionou se havia um passo a passo, pois achou um procedimento  
18   simples. A **Profa. Cláudia Medeiros (IC-REDU)** respondeu que tinha um passo a passo no  
19   anexo da deliberação. O conselheiro **Prof. Carlos Henrique Inacio Ramos (IQ)** pediu um  
20   parecer técnico a Profa. Cláudia Medeiros sobre a decisão que ele tinha tomado de não  
21   liberar para os alunos colocarem os dados. Falou que quem inseria era ele e que daquela  
22   maneira conseguia organizar e fazer por artigos, mas estava com receio em relação a  
23   proposta da minuta de fragmentar e dizer para o aluno, seja ele de mestrado, que não  
24   precisava gerar dados inéditos e que ele fosse o autor. Perguntou se realmente vai ter que  
25   constar que o aluno era o primeiro autor e não apenas coautor. A **Profa. Cláudia Medeiros**  
26   **(IC-REDU)** disse que o aluno como primeiro autor era uma praxe internacional, mas talvez  
27   não de todas as áreas. Falou que em algumas áreas era por ordem alfabética, em outras  
28   era o orientador e que seria mais para associar o trabalho do aluno naquela pesquisa. A  
29   **Sra. Presidente** disse que no Artigo 3º, parágrafo 2º, inciso I dizia que para a homologação  
30   da dissertação ou tese, era obrigatório que o orientador ou orientadores contassem como  
31   coautores dos dados, sendo o aluno o primeiro autor e que no caso de arquivos criados em

1 conjunto por várias pessoas, as regras de autoria deveriam ser definidas pelo orientador,  
2 que precisava constar como coautor. Falou que no caso em que o arquivo fosse em cima  
3 da própria tese, mas que tinha um desdobramento, teria que definir o autor. A **Profa.**  
4 **Cláudia Medeiros (IC-REDU)** comentou que cada vez mais acordos binacionais entravam  
5 no mérito de onde os dados eram depositados e abertos. Falou que quando tinha que opinar  
6 sobre o Plano de Gestão de Dados Binacionais na Unicamp, entrava em contato com os  
7 pesquisadores e orientava para tomarem muito cuidado em definir as regras de coautoria  
8 dos dados antes de começar o projeto, porque para muitos lugares do mundo, a autoria de  
9 dados virou um objeto de promoção dos pesquisadores. A **Sra. Presidente** agradeceu a  
10 Profa. Cláudia Medeiros por ter aceitado o convite e a disposição em ajudar. Falou que a  
11 participação dela foi fundamental, pois estavam criando uma obrigatoriedade e precisavam  
12 de todo esclarecimento. Disse que o registro de dados era importante para a pesquisa  
13 científica e para a comunidade. A **Profa. Cláudia Medeiros (IC-REDU)** agradeceu a todos  
14 pela oportunidade. A **Sra. Presidente** pediu para retomar o Item 1 da pauta, pois tinham  
15 que votar as eventuais propostas para a modificação da minuta de deliberação CEPE sobre  
16 as normas para o oferecimento de disciplinas de pós-graduação em língua estrangeira.  
17 Disse que o Sr. Pedro havia encaminhado uma sugestão e a colocaria em votação. Falou  
18 que no Artigo 2º, Inciso I, o texto do formato original era, sejam oferecidas outras disciplinas  
19 eletivas em português, permitindo opção ao estudante, e a proposta de mudança de  
20 redação do Sr. Pedro era, sejam oferecidas no mesmo semestre de oferecimento das  
21 disciplinas em língua estrangeira ao menos a mesma quantidade de disciplinas eletivas em  
22 português, permitindo a opção ao estudante. Colocou em votação a proposta de mudança  
23 da deliberação que foi aprovada com sete (7) votos contrários e uma (1) abstenção. O  
24 conselheiro **Sr. Marcelo Felipe Silva Estácio de Santana (Representante Discente FEA)**  
25 perguntou se quando colocado na mesma quantidade, aquilo não obrigava a ter as  
26 disciplinas de língua estrangeira. A **Sra. Presidente** respondeu que se fosse oferecer três  
27 disciplinas em inglês, teria que oferecer três em português. Pediu que retomassem o Item  
28 4 da pauta sobre a Instrução Normativa que dispunha a regulamentação da política  
29 institucional de acesso aberto à produção intelectual e científica da Unicamp no REDU.  
30 Perguntou se todos receberam o documento e passou a palavra ao Prof. Marko. O  
31 conselheiro **Prof. Marko Synesio Alves Monteiro (IG)** se mostrou totalmente favorável ao

1 acesso aberto e à ciência aberta, e reiterou que inclusive orientou alunos nesse tema e  
2 assistiu a várias palestras da Profa. Cláudia. Também se mostrou a favor do REDU,  
3 acrescentando que já realizou pesquisas sobre a política de acesso aberto da Unicamp, e  
4 tem até relatórios que poderia compartilhar caso alguém quisesse. Porém, discordou de  
5 que fosse o momento certo de introduzir o processo no SIGA devido a questões práticas,  
6 pois ainda não estariam maduros para tal. Também apresentou como argumento que, na  
7 USP, ainda não era obrigatório, e que seria o primeiro caso, então não era necessária a  
8 urgência de ser o primeiro, antes mesmo de estarem preparados. Relatou que esteve no  
9 Comitê de Ética quando foi formado o Comitê de Ética em Ciências Humanas, quando  
10 houve uma polêmica imensa. Disse que comprou aquela briga e que, até hoje, todo  
11 semestre, dá uma aula para ensinar as pessoas a fazerem o Comitê de Ética, que é uma  
12 burocracia a mais, a qual ele defendeu e julgou ótimo, pois considerou que fosse o  
13 momento certo. Afirmou ter comprado a briga também quando foi o caso do Turn In, pois  
14 achava importante ser obrigatório. Entretanto, disse que, no caso do REDU, se é igual ao  
15 Lattes, não seria tão simples de manejar, porque nem mesmo os professores atualizavam  
16 o Lattes. Então, colocar mais uma obrigação que implicava em obrigar o aluno a depositar  
17 dados qualitativos, provocaria o surgimento de muitas dúvidas. Mencionou que havia, claro,  
18 a condição de tirar as dúvidas, mas que não era algo tão simples de se definir. Levantou  
19 também o ponto de existirem vários tipos de dados, como gravações, transcrições, de se  
20 iriam inteiros ou não. Coisas que o coordenador deveria explicar aos colegas, aos alunos,  
21 às quais seria necessária uma estrutura em cada unidade para tirar as dúvidas  
22 relacionadas, ainda mais considerando que, até hoje, ainda tiram dúvidas sobre Comitê de  
23 Ética e *Turn In*. Apontou o fato de terem criado uma política de *Turn In* que parecia simples  
24 e que o tinha deixado satisfeito consigo, mas que ainda assim havia quem não mandasse  
25 dentro das normativas do *Turn In*. Defendeu que deveria existir a disponibilidade, mas que  
26 tinha muito receio quanto se precisaria do REDU naquele momento. Disse que achava  
27 necessário sim chegar a aquele ponto, até porque a FAPESP e demais agências já  
28 começaram a obrigar, por isso levantou a dúvida da obrigatoriedade. A **Sra. Presidente**  
29 complementou que aquele era o caso do dado digital. O conselheiro **Prof. Marko Synesio**  
30 **Alves Monteiro (IG)** prosseguiu e alegou que talvez estivesse irritado com a avaliação  
31 institucional que estava acontecendo, por ser uma obrigação a mais para alguém

1 extremamente sobrecarregado, como todos os presentes na reunião, por terem que  
2 responder um questionário imenso, repetitivo, e que nada tinha a ver com o anterior.  
3 Reforçou que estaria falando de sua experiência passada e que achava importante começar  
4 a debater aquilo agora, e que não sabia se votaria contra a obrigação se todo mundo fosse  
5 a favor, mas alegou que estava com aquele receio. A **Sra. Presidente** lembrou que a  
6 obrigatoriedade está sendo pensada para o final do ano, ainda com possibilidade de passar  
7 para o início do ano seguinte. Também argumentou que registro era registro, era aquilo que  
8 você fazia e que o depósito também, afinal, é mais proveitoso disponibilizar para a  
9 comunidade do que deixar em um pendrive guardado na gaveta. O conselheiro **Prof. Marko**  
10 **Synesio Alves Monteiro (IG)** concordou e reafirmou que queria que chegassem naquele  
11 ponto, apenas que não teriam a condição de obrigá-lo no fim do mesmo ano. A **Sra.**  
12 **Presidente** alertou que, quanto à obrigatoriedade, por mais que possa ser usada uma  
13 palavra mais amena, é sobre fazer o que era adequado à política institucional, o que era  
14 ideal ao aluno, que produziu a pesquisa, ao orientador, que orientou a pesquisa e à  
15 Unicamp, que acolhia a pesquisa. O conselheiro **Prof. Marko Synesio Alves Monteiro (IG)**  
16 concordou, ainda que não necessariamente a curto prazo no SIGA, por conta da burocracia  
17 que seria lidar com a quantidade de trabalho para começar a empregar minimamente  
18 aquele processo, as críticas dos alunos, as reclamações de colegas etc. A **Sra. Presidente**  
19 apontou que o que o prof. Marko estaria fazendo uma previsão das reclamações, embora  
20 ambos concordassem com a necessidade. O conselheiro **Prof. Marko Synesio Alves**  
21 **Monteiro (IG)** concordou com a necessidade. A **Sra. Presidente** assentiu. O conselheiro  
22 **Prof. Daniel Albiero (FEAGRI)** respondeu ao Prof. Marko que seria bem mais assertivo,  
23 mas, sobre aquela questão, disse que acreditava variar muito de unidade para unidade.  
24 Exemplificou o caso da Engenharia Agrícola, em relação ao qual a palestra da Profa.  
25 Cláudia tirou muitas dúvidas, embora tenha sido on-line. Disse que, para eles, que eram  
26 mais da ciência aplicada, que focavam em um produto, não era uma questão de gravações,  
27 embora tivesse também, mas aquela questão sobre o que colocar e não colocar era mais  
28 simples, o que poderia e o que não. Disse que aquilo poderia ser uma questão que envolvia  
29 as especificidades mesmo de cada unidade. Sugeriu à Sra. Presidente e colocou a proposta  
30 de que, no Artigo 2º, Parágrafo 3º, Inciso I, onde se lia “para os dados que não podem ser  
31 disponibilizados por questões de restrições éticas ou legais”, sugeriu que fosse alterado

1 para “restrições éticas, legais ou de sigilo”, a fim de abarcar diretamente a questão do Inova,  
2 NDAs etc., mesmo que o termo “sigilo” já estivesse contemplado por “legais”. A **Sra.**  
3 **Presidente** adicionou à pauta a sugestão de inserir aquela palavra a mais. O conselheiro  
4 **Prof. Carlos Henrique Inacio Ramos (IQ)** exemplificou que, em sua área de pesquisa, os  
5 pós-graduandos realizavam uma série de experimentos e estudos, que posteriormente  
6 geravam dados. Disse que atualmente não fazia mais um tipo de ciência em que você  
7 pudesse gerar a publicação de um aluno só, então eram vários alunos que gerariam.  
8 Declarou que, preferia fazer, pois ficava muito mais fácil fazer aquilo por publicações, uma  
9 vez que, hoje em dia, nas publicações, era necessário inserir o DOI dos artigos. O professor  
10 mostrou-se preocupado com os problemas que poderiam surgir ao tirar o foco do orientador  
11 e passar para o aluno, pois a deliberação ficava toda para o aluno, e ela começava dizendo  
12 que o aluno de pós-graduação deveria inserir os metadados. E por isso que, lá no artigo  
13 mencionado, o Inciso I estava tratando de um único aluno, e tratava sempre do mesmo  
14 aluno, e falava que ele tinha que ser o primeiro autor. Reconheceu também a necessidade  
15 de melhorar a redação, e disse que não achava conveniente que fosse feito daquela  
16 maneira, ainda que concordasse plenamente que, na hora da defesa, fosse inserido no  
17 SIGA um DOI relativo àquela tese ou dissertação, para que o que foi gerado pudesse ser  
18 colocado lá. No entanto, discordou que tivesse de ser iniciado pelo aluno. A **Sra.**  
19 **Presidente** questionou qual seria a sugestão do Prof. Carlos. O conselheiro **Prof. Carlos**  
20 **Henrique Inacio Ramos (IQ)** indicou a forma em que estava descrito, em que o aluno de  
21 pós-graduação deveria inserir os metadados e depositar os dados, depois criar uma conta,  
22 e então o orientador tinha o mero papel de concordar. Disse que poderia, pelo menos, dar  
23 a chance para que a inserção pudesse ser feita também pelo orientador, não  
24 necessariamente pelo aluno, desde que, no final, fosse colocado no SIGA um DOI relativo  
25 aos dados. Disse estar receoso de que aquele deveria ser o único caminho. A **Sra.**  
26 **Presidente** perguntou à Profa. Cláudia por que a Comissão deu aquela proeminência ao  
27 aluno, e questionou se seria por conta do discente ser o autor da tese. A **Profa. Cláudia**  
28 **Medeiros (IC-REDU)** respondeu que aquela era a primeira das razões, pois ele era o autor  
29 da tese. Em segundo lugar, seria para não sobrecarregar o orientador, que teria que  
30 cadastrar uma série de coisas, uma vez que, de uma forma ou de outra, daria trabalho, por  
31 mínimo que fosse. A terceira questão que apresentou seria mais de caráter cultural,

1 argumentou que os alunos tinham de se introduzir no mundo atual, no qual dados eram  
2 algo importante, equiparados muitas vezes a artigos. Apontou que aquilo não era algo só  
3 da Unicamp, mas que acontecia no mundo inteiro. Falou também da distribuição crescente  
4 de responsabilidade, inclusive da geração mais jovem, que seriam os pesquisadores do  
5 futuro. Disse que, caso houvesse algum professor orientador que preferiria ele próprio  
6 cadastrar, não considerava como algo negativo, já que aquela etapa tivesse sido concedida  
7 ao aluno simplesmente para que ele começasse a aprender a boa prática de pesquisa.  
8 Reforçou que era necessário obrigar, pois caso contrário ninguém iria fazer. Explicou mais  
9 uma vez que, além do fator da importância da visibilidade da Unicamp e de seu trabalho,  
10 existia uma série de outros fatores, como a questão de impulsionar a comunidade  
11 pesquisadora da Unicamp para os dias atuais de boas práticas em pesquisa. Exemplificou  
12 que se, por acaso, houvesse problemas com os dados, e por algum motivo não souberem  
13 se devessem ou não divulgar, aí caberia ao orientador verificar com o aluno, mas o cadastro  
14 dos metadados deveria levar cerca de duas horas por defesa, porque só teria que descrever  
15 quem tem dados sobre o assunto, aí a pessoa decidiria se os dados não ficariam públicos  
16 por alguma razão. A **Sra. Presidente** concordou que estava mais ou menos justificado  
17 porque estaria com o aluno. O conselheiro **Prof. Carlos Henrique Inacio Ramos (IQ)** disse  
18 que aquilo não parecia excluir a possibilidade de que pudesse vir de caminhos diferentes,  
19 e achava extremamente válido o que foi colocado pela Profa. Cláudia, que era necessário  
20 ter os metadados, que a Unicamp tivesse o DOI e que fosse citado. A **Sra. Presidente**  
21 constatou que não querem onerar o orientador. O conselheiro **Prof. Carlos Henrique**  
22 **Inacio Ramos (IQ)** apontou que, em certos casos, o próprio orientador preferia ser onerado.  
23 Salientou a importância de que, para aqueles casos, existisse a possibilidade. A **Sra.**  
24 **Presidente** disse que iria pensar no caso, de que fosse pelo aluno ou pelo orientador, e  
25 que deveria ter alguma maneira de ser resolvido no sistema, para que não houvesse uma  
26 duplicação de etapas. Reforçou que o orientador não poderia, por exemplo, entrar no  
27 sistema do aluno. O conselheiro **Prof. Carlos Henrique Inacio Ramos (IQ)** disse que o  
28 DOI só seria inserido para a defesa, e aquela ação seria feita pelo aluno. A **Sra. Presidente**  
29 concordou que, daquela forma, um ou o outro resolveria. O conselheiro **Prof. Paulo Sérgio**  
30 **Fracalanza (IE)** argumentou que ter a opção do “ou” poderia não funcionar, porque tiraria  
31 a obrigação, e quando havia a obrigação, o aluno teria de fazer, mas quando existe um

1 “ou”, poderia tirar a obrigação. A **Sra. Presidente** atentou que o clique final para o  
2 encaminhamento da tese para a homologação era sempre do orientador. E caso o aluno  
3 não tivesse feito, o orientador poderia mandar ele fazer. O conselheiro **Prof. Paulo Sérgio**  
4 **Fracalanza (IE)** opinou que aquilo poderia trazer uma dificuldade. A **Sra. Presidente**  
5 replicou que tal dificuldade seria apenas pegar no pé do aluno. O conselheiro **Prof. Paulo**  
6 **Sérgio Fracalanza (IE)** afirmou ser totalmente favorável à ideia, que era magnífica e que  
7 deveria ser implementada. Perguntou, no entanto, se exigiria algum tipo de trabalho a mais  
8 do coordenador geral, e se passaria pelo SIGAD. A **Sra. Presidente** respondeu que não,  
9 apenas que para todo encaminhamento de homologação seria necessário dar um último  
10 clique, que hoje em dia já cabia ao coordenador da pós-graduação. O conselheiro **Prof.**  
11 **Paulo Sérgio Fracalanza (IE)** perguntou se seria feito no SIGAD. A **Sra. Presidente**  
12 esclareceu novamente que as coisas já estariam prontas, e bastaria ao coordenador geral  
13 conferir se realmente fizeram e dar o clique final, para que fosse encaminhado para a  
14 PRPG. O conselheiro **Prof. Paulo Sérgio Fracalanza (IE)** perguntou à presidente onde  
15 seria feito. A **Sra. Presidente** respondeu que seria feito no SIGA, e reforçou que as únicas  
16 diferenças seriam nas coisas antecedentes, que deveriam ser feitas pelo orientador ou pelo  
17 aluno e caso não tivessem sido feitas, o SIGA não daria continuidade. Se o aluno não  
18 tivesse feito, o orientador iria cobrá-lo ou, caso o orientador quisesse fazer, ele mesmo faria.  
19 O conselheiro **Prof. Paulo Sérgio Fracalanza (IE)** explicou que colocou sua questão mais  
20 por conta de ter sido coordenador geral há mais de oito anos, e que o formato do sistema  
21 atual era bem mais difícil do que antigamente, sendo agora necessário receber e assinar  
22 um conjunto de documentos no SIGAD, abrir cada um e, que, obviamente, não haveria uma  
23 secretária para informar o que era aquela pilha de documentos que deveriam ser lidos um  
24 a um. A **Sra. Presidente** reforçou mais uma vez que era apenas o ato de um clique, e que  
25 só chegaria até o coordenador geral da pós-graduação quando o orientador e seu aluno já  
26 tivessem feito todas as etapas. A **Profa. Cláudia Medeiros (IC-REDU)** retomou a fala da  
27 Sra. Presidente, que especificou que seria apenas um clique, mas apontou que caberia ao  
28 pessoal que vai implementar o sistema garantir que seja apenas um clique e reafirmou que  
29 seria a única responsabilidade final do coordenador geral, a qual nem estaria disponível  
30 caso algum passo anterior estivesse faltando. A **Sra. Presidente** esclareceu que naquele  
31 processo haveria travas de responsabilidade, tal como já era anteriormente, e que só

1 chegaria até o coordenador geral se todos os passos tiverem sido feitos. Tranquilizou os  
2 demais em relação a aquele ponto e reforçou que o processo nada tinha a ver com o  
3 SIGAD. O conselheiro **Prof. Tiago Zenker Gireli (FECFAU)** perguntou onde  
4 especificamente estaria a opção do “ou” entre aluno e orientador, para garantir que  
5 entendeu. A **Sra. Presidente** respondeu que o “ou” é o que foi definido na reunião. O  
6 conselheiro **Prof. Tiago Zenker Gireli (FECFAU)** pediu esclarecimento sobre se o “ou”  
7 seria na obrigatoriedade da inserção ou da autoria, pois havia entendido que, para ter a  
8 base de dados aberta, o importante seria que os dados daquela pesquisa estivessem no  
9 REDU. Também levantou novamente o ponto do entrave que a resolução estaria causando  
10 quanto à forma de inserir o primeiro autor que, às vezes, quando não se aplicava, acabava  
11 optando simplesmente por não o colocar. Disse que achava que quem inseria o DOI no  
12 SIGA era o aluno. A **Sra. Presidente** ressaltou novamente a possibilidade de o orientador  
13 também poder fazê-lo. O conselheiro **Prof. Tiago Zenker Gireli (FECFAU)** concordou que  
14 poderia ser o aluno, porque o importante seria ter ali um DOI gerado pelo REDU, e atentou  
15 ao importante fato de que os dados que o aluno usou no trabalho deveriam estar vinculados  
16 àquele DOI, pois não poderia ser inserido um DOI genérico sem relação com o que ele fez.  
17 Mas relatou que achou um exagero o fato de a inserção no REDU ter de ser feita pelo aluno  
18 e ele ter de ser o primeiro autor, pois colocar no SIGA ou no REDU eram coisas diferentes.  
19 Exemplificou uma hipótese em que um dado de certa dissertação estaria no REDU tendo  
20 certo aluno como primeiro autor, ou certo orientador como primeiro autor, e comparou a um  
21 caso próprio, onde havia dados de coleta de campo realizadas por três docentes, um  
22 técnico de laboratório e cinco alunos, todos que foram para o campo coletar o dado.  
23 Apontou que, naquele caso, os dados não seriam só do aluno que estava escrevendo  
24 aquela dissertação, pois ele, ainda que tivesse usado o dado, não o coletou sozinho. Disse  
25 que o REDU era muito mais relacionado a quem produziu o dado do que a quem o usou, e  
26 concordou que aquele aluno, ao defender, deveria sim colocar aquele DOI, e que era  
27 necessário até para nos obrigar a deixar o dado público, mas teria que ser apenas em  
28 relação ao dado em si. Caso contrário, o primeiro aluno que defendesse iria colocar tudo lá  
29 no REDU, sendo necessariamente o primeiro autor apenas para cumprir uma regra do  
30 sistema, sendo que na prática não era assim, pois ele não era primeiro autor do dado que  
31 usou sem ter produzido sozinho. Como consequência disso, ele acabaria tendo que colocar

1 “não se aplica”, já que não era o primeiro autor do dado, e nisso se perderia a  
2 obrigatoriedade de ter aquele dado no REDU. Esclareceu que o ponto importante que  
3 queria expressar era a necessidade de ter um DOI gerado pelo REDU que se referia aos  
4 dados daquele aluno; até que ponto era importante quem colaborou; quem seria o primeiro  
5 autor; quantos autores o dado tem. Disse ser aquele o fator que estava amarrando a  
6 discussão, pois daquela forma não correspondia à realidade. A **Sra. Presidente** disse que  
7 compreendia a questão do Prof. Tiago como algo que não acontecia apenas com a área  
8 dele, mas também, por exemplo, nas Ciências da Saúde, em que havia uma série de dados  
9 coletados por muitos pesquisadores em que a base de dados, devia ser colocada  
10 separadamente. Ressaltou a necessidade de que, de qualquer forma, alguém deveria vir  
11 antes, seja por ordem alfabética, de prioridade, de início, pois são questões inclusive  
12 espaciais, então aquela seria a base de dados cadastrada. Tentou sintetizar o que o  
13 professor Tiago disse em, por exemplo, um caso em que o aluno defenderia uma tese ou  
14 dissertação de mestrado em que usou aquela base de dados, e primeiro ele registraria o  
15 dado – quando ele for coletivo, porque nem todo dado é coletivo, com um DOI – e, quando  
16 o aluno defendesse sua tese ou a dissertação, ele iria lá e indicasse “meu dado está aqui”.  
17 Perguntou se era mesmo o que ele quis dizer. Disse que não sabia de fato se a forma como  
18 foi feita a redação deixaria expresso, e que talvez devesse ser aperfeiçoada. Mas disse  
19 que, no caso de dados produzidos coletivamente, deveria existir um registro específico da  
20 base de dados, não necessariamente vinculado a um trabalho de dissertação ou peça, pois,  
21 por exemplo, no caso de um projeto da FAPESP, não seria possível que todo mundo fosse  
22 lá fazer a tese em cima do projeto da FAPESP. Concordou e ressaltou a importância de ter  
23 no SIGA e de o aluno ter que inserir o DOI lá, mas que o DOI deveria comunicar, de alguma  
24 forma, que sua tese estava no projeto, com aquela base de dados que era coletivamente  
25 produzida, e foi defendida. O conselheiro **Prof. Tiago Zenker Gireli (FECFAU)** disse que  
26 a ele tinha parecido que deveria ser inserido ou o “não se aplica”, ou um DOI em que ele  
27 era o primeiro autor, que o próprio aluno teria inserido. A **Sra. Presidente** explicou que a  
28 opção “não se aplica” só é escolhida no caso de dados que não eram digitais, para teses  
29 trabalhadas com pensamento político, com tese que faz filosofia. Então, nós estamos num  
30 mundo digital aqui da produção de dados só. São importantes, obviamente, mas ficaria  
31 como “não se aplica”. A **Profa. Cláudia Medeiros (IC-REDU)** disse que acreditava que era

1 uma questão de redação, e justificou que, devido ao orientador já ter muito trabalho, o aluno  
2 precisaria aprender esse processo em algum momento. Também apontou ao fato que,  
3 dentro de uma mesma entrada de DOI, poderia ser inseridos vários arquivos, como ponto  
4 de partida, e explicou que, na área da Biologia, por exemplo, os arquivos vão crescendo à  
5 medida que vai havendo mais missões e mais coletas. Disse que seria possível armazenar  
6 uma missão de uma coleta com um DOI e, em novas coletas, aquele arquivo vai  
7 aumentando com outro DOI e outros autores. Comentou que a questão da autoria talvez  
8 tivesse que ficar mais detalhada, mas havia um campo para metadados não obrigatórios –  
9 os obrigatórios são: título, autores, palavra-chave, resumo, agência de fomento – e nesse  
10 campo que poderia colocar as publicações associadas àqueles dados. É também possível,  
11 caso haja várias dissertações e teses, inserir nos metadados. O aluno, ao defender,  
12 colocava aquele DOI e, se a tese fosse uma coletânea de artigos, todos os DOIs usados,  
13 quando um artigo referenciava um deles. Quanto à questão da ordem de autoria, relatou  
14 que não tinha uma ideia, mas exemplificou que, no mundo inteiro, a autoria de dados é  
15 normalmente estabelecida pelo laboratório ou, quando há colaborações internacionais,  
16 parte do acordo. Disse que era assim que fariam. A **Sra. Presidente** disse que achava que  
17 tinha que ter algo a mais, e exteriorizou que estava quase sugerindo que retirassem o item  
18 de pauta para reescrever posteriormente de forma mais adequada. Apontou o texto do  
19 Artigo 1º, em que se lê “o aluno de pós-graduação deve inserir os metadados ou depositar  
20 os dados de sua pesquisa no Repositório de Dados, etc.”. Contudo, propôs que fosse  
21 acrescentado um Parágrafo 1º neste Artigo 1º que mencionasse: “dados, bases de dados  
22 produzidas coletivamente devem ser cadastradas segundo sua autoria, permitindo  
23 referenciamento no seu uso”. Disse que era sobre aquilo que se tratava, e que apenas  
24 precisaria ser mais bem escrito. Disse que achava que era aquela informação que estaria  
25 faltando com relação à base de dados coletivamente produzidos, no qual permitiriam e  
26 fariam alguma redação que expressasse que o aluno ou pessoa que usar deveria  
27 referenciar aquela base de dados, que não importava quantos autores tivesse, mas estaria  
28 com aquela referência. O conselheiro **Sr. Pedro Michelutti Cheliz (Representante**  
29 **Discente IG)** disse que sua principal dúvida em relação à documentação era o que  
30 significaria um “dado” segundo a deliberação, uma vez que era um termo abrangente e de  
31 grande diversidade. Usou como exemplo sua tese, na qual havia dezenas de descrições

1 microscópicas de rochas e solos, dezenas de mapas que foram produzidos, dezenas de  
2 tabelas com análises químicas de amostras de solos e sedimentos, e perguntou se cada  
3 um desses materiais seria um dado a parte que precisaria ser cadastrado. Justificou essa  
4 questão por ser algo baseado em autodeclaração, sendo que é possível declarar não se  
5 aplica. Exemplificou uma hipótese em que uma pessoa lesse a norma e tratasse de cumpri-  
6 la, tinha todo o trabalho de preparar e cadastrar tudo corretamente; e uma segunda pessoa  
7 que também tinha um trabalho do mesmo pensasse “não quero ter esse trabalho”, então  
8 marcaria “não se aplica” e seguia em frente. Perguntou como poderia ser evitada uma  
9 injustiça naquele tipo de caso, pois a dúvida era o que mais o deixava inquieto. A **Sra.**  
10 **Presidente** concordou com o questionamento, e acrescentou que a própria Profa. Cláudia  
11 viu que não era tão fácil. A **Profa. Cláudia Medeiros (IC-REDU)** concordou que nunca era  
12 fácil, e que não seria por arquivo. Apontou o fato de o Sr. Pedro ter descrito um conjunto  
13 grande de arquivos associados a seu doutorado. Exemplificou que eles mesmos tinham  
14 várias entradas no REDU, cerca de 320, em que ela mesma cadastrou 50 arquivos dentro  
15 de uma única entrada, e junto daqueles arquivos tinha o leia-me, que também poderia ser  
16 cadastrado junto. Disse que, então, quem acessar aquele conjunto de dados vai ver não só  
17 a descrição do resumo, mas listar tudo que pertencia ao conjunto de dados. Explicou que,  
18 ao tentar acessar o conjunto de dados, que estavam abertos, haveria um leia-me explicando  
19 o que cada arquivo fazia, uma descrição do conteúdo. Dessa forma, o conjunto de dados  
20 poderia estar inteiramente numa única entrada com um único DOI, ou, dependendo, se a  
21 pesquisa fosse dividida em partes, uma parte de cristalografia, outra parte de outro assunto,  
22 os da cristalografia seriam inseridos em um DOI e o assunto diferente, vai ser registrado  
23 com outro DOI. Cabe ao autor ou aos autores decidirem como iriam tornar aquela pesquisa  
24 visível. Informou que, quanto ao “não se aplica”, a Sra. Presidente já havia explicado: que  
25 era no caso de não gerar dados digitais, caso contrário, seria preciso, no mínimo, fazer o  
26 cadastro para dizer “eu existo”. Afirmou ser aquele o seu entendimento do que estava  
27 escrito. A **Sra. Presidente** mencionou que iria expor sua própria proposta, mas que antes  
28 passaria a palavra para o Prof. Carlos. O conselheiro **Prof. Carlos Henrique Inacio Ramos**  
29 **(IQ)** começou pedindo desculpas, ponderou se tudo não poderia ser simplesmente  
30 resumido por algo como: “todo dado gerado por teses e dissertações devem ser inseridos  
31 no REDU, originando um ou mais DOIs relacionados. O número (ou números) de DOI

1 deve(m) ser inserido(s) no SIGA para que a tese ou dissertação seja definida”. Expressou  
2 que, daquela forma, seria suficiente, e que todo o restante estaria relacionado às áreas –  
3 se era ou não um aluno, se deve gerar um ou mais DOIs para os dados. Reforçou que o  
4 esperado era especificamente que os dados gerados estivessem presentes no REDU, pois  
5 eram necessários para a defesa. A **Sra. Presidente** respondeu que, a rigor, era o que  
6 estava sendo dito, pois era bom esclarecer como deveria ser feito. Propôs retirar o item de  
7 pauta e criar uma redação que contemplasse aquelas características, com base nas falas  
8 e preocupações colocadas pelos demais membros, e informou que iria elaborar uma  
9 redação que não seja tão simples e sintética quanto a colocada por Carlos, apenas que  
10 todo trabalho deveria ter um DOI associado, porque também deveria instruir sobre como o  
11 processo deveria ser feito. Apontou que a questão do REDU era a necessidade de uma  
12 política que regularize o repositório de dados e que fornecesse o passo a passo, e por isso  
13 a importância de existir um texto que forneça a Instrução Normativa para tal. Reconheceu  
14 novamente que havia problemas na redação e que deveriam retirar de pauta e fariam aquilo  
15 com mais cuidado, e traria a discussão de volta na próxima CCPG. O conselheiro **Prof.**  
16 **Marko Synesio Alves Monteiro (IG)** concordou e achou interessante a posição da  
17 presidente, já que aquele não era um debate tão simples. Apontou a validade da pergunta  
18 do conselheiro Sr. Pedro sobre o que era de fato considerado um dado. Também se  
19 mostrou preocupado com a possibilidade de os alunos chegarem para os coordenadores e  
20 os coordenadores chegarem para o coordenador geral. Relatou ter entendido a questão do  
21 clique, que era super simples. Se deveriam ser inseridos cada slide, cada entrevista; então,  
22 se houvesse um passo a passo mais robusto, não na deliberação, mas antes dela, seria  
23 vantajoso. A **Sra. Presidente** disse que talvez fosse uma descrição daquilo que se entendia  
24 por ser usável no estudo. A **Prof. Cláudia Medeiros (IC-REDU)** adicionou que,  
25 mundialmente, cabia ao pesquisador decidir o que tinha a qualidade e a importância  
26 necessária para que aquilo merecesse ser um produto compartilhável, e que só caberia à  
27 pessoa que o criou dizer se aquilo era um dado intermediário, que nunca ninguém mais  
28 viria, e que só serviria para um passo da pesquisa, ou se era um resultado final, que foi  
29 usado e produzido pela própria pesquisa e, portanto, merecia ou precisava ter uma  
30 visibilidade. O conselheiro **Prof. Marko Synesio Alves Monteiro (IG)** sugeriu falar com os  
31 coordenadores também, pois era um momento que iria chegar, e alertou para que se

1 preparassem. A **Sra. Presidente** concordou que era um aviso relevante para passar. O  
2 conselheiro **Prof. Marko Synesio Alves Monteiro (IG)** acrescentou que logo iria querer  
3 falar sobre o assunto. A **Sra. Presidente** afirmou que iria chegar naquele ponto, e que  
4 teriam que aprovar uma Instrução Normativa adequada e reiterou que era algo que deveria  
5 ser feito. Disse que realmente apoiava aquela política, e que achava que todos deveriam  
6 apoiar, pois eram bons cliques necessários a dar, mas que antes de acontecer existiriam *N*  
7 dúvidas e, por isso, propôs retirar de pauta e voltar para a próxima reunião. Sua proposta  
8 foi aceita. Agradeceu à Profa. Cláudia, que se retirou, e prosseguiu com os pontos que  
9 faltavam na pauta. Apontou o Item 2, acerca da alteração da proposta, sobre uma  
10 homologação de um *ad referendum* que ela havia dado, por questões de tempo, já que teria  
11 que passar pela CEPE do dia anterior, a política do Programa de Atendimento Educacional  
12 Especializado para Estudantes com Deficiência, voltado tanto para graduação como pós-  
13 graduação. Disse que fizeram e apoiaram o mesmo texto, que seria de um programa para  
14 atendimento educacional para os alunos PcD. indagou se haveria alguma colocação dos  
15 presentes, e ressaltou novamente que já foi aprovada pela CEPE, e que aquele era um  
16 passo importante da Unicamp com relação à política de apoio aos alunos PcD. Disse que,  
17 na pós-graduação, deram um desdobramento maior, que teria a ver com a questão de  
18 bolsas, e declarou aberta a discussão. A conselheira **Profa. Márcia Azevedo de Abreu**  
19 **(IEL)** comentou que não tinha nada contra e era muito favorável, mas levantou o ponto da  
20 falta de apoio ao docente, pois estaria surgindo cada vez mais alunos com características  
21 diferentes em suas aulas, que demandaria um atendimento específico, sendo que os  
22 docentes não tinham a preparação adequada, ela mesma constatou não tinha preparação  
23 para tal, então sugeriu que algo fosse feito para o apoio docente naqueles casos. Relatou  
24 exemplificando que, na pós-graduação do IEL, acabou de surgir o caso de uma aluna com  
25 TDAH que perguntou qual tipo de apoio seria dado para a sua defesa. A profa. Márcia  
26 apontou nem ela, nem o no corpo docente e a secretaria sabiam. Disse que dariam um  
27 passo para um lado no apoio aos alunos, mas que ficaria faltando um passo no sentido do  
28 apoio para os docentes e secretarias. A **Sra. Presidente** apresentou o fato que a nova  
29 diretoria do DEAPE (antigo SAE) iria coordenar tudo, mas não seria possível coordenar  
30 com os recursos que tinham atualmente. Por conta disso, seria aprovada pela Reitoria a  
31 contratação de mais orientadores pedagógicos para dar conta, além da contratação de mais

1 professores de Libras, pois, tinham que ser contratados em dupla, já que havia normas de  
2 funcionamento. Então, haveria mais professores de Libras, porque seria necessário. Disse  
3 que tiveram, no dia anterior, a leitura do relatório do GT que tratava sobre o assunto, e foi  
4 apresentado uma lista de quantos alunos PcD existiam na universidade. Na lista,  
5 constavam 35 alunos PcDs na pós-graduação – deficientes visuais, totais ou parciais,  
6 deficientes auditivos, totais ou parciais, um número menor de deficientes motores, e um  
7 aluno com uma deficiência mental. Aquilo fornecia um panorama da inclusão na Unicamp  
8 e na pós-graduação atualmente. E a pós-graduação, acompanhando a preocupação da  
9 graduação, que também possuem vários alunos PcD, e tornava necessário implantar uma  
10 estrutura maior na nova diretoria. Então, haveria aquela contratação de orientadores  
11 pedagógicos, que iria dar conta de melhor acompanhar inclusive as necessidades  
12 específicas, e orientar as secretarias e docentes. Quanto à pós-graduação, seriam  
13 implementadas bolsas mentoria PcD – que foi uma sugestão da graduação. Ou seja, seriam  
14 bolsas para alunos de pós-graduação que eventualmente tenham um colega com uma  
15 deficiência visual ou de algum outro tipo, e que vai ajudá-lo nos estudos, na locomoção, a  
16 realizar coisas, enfim, apoiá-lo no geral. A bolsa teria um valor do PED C, e não poderia  
17 durar mais que dois semestres. Seria criada aquela relação com o aluno, podendo  
18 permanecer até dois semestres. A ideia não era fazer daquilo uma atividade permanente  
19 para o aluno que estivesse ajudando, mas a bolsa de ajuda também estaria sendo  
20 implantada porque o SAE não daria conta de ter 35 orientadores pedagógicos, seria inviável  
21 por não haver estrutura para tal, como já sabíamos. Portanto, seriam pessoas que teriam o  
22 treinamento e as informações necessárias e iriam colaborar com o apoio às atividades  
23 acadêmicas de colegas que eventualmente tenham dificuldades para dar conta da sua  
24 permanência na Unicamp. Esclareceu que, junto a isso, havia também a política da  
25 prefeitura, em que seriam necessárias rampas, elevadores, dentre outras necessidades a  
26 serem cumpridas. Opinou que não estavam nem 50% preparados para aquela necessidade  
27 de recepção de alunos PcD. Acrescentou que estavam sendo abordados constantemente  
28 pelo Ministério Público, que entendia que deveria existir uma deliberação que faça o mesmo  
29 que a legislação federal, em que seria necessário cumprir uma cota de X% de alunos, e  
30 afirmou que não era possível ser daquela forma, e que têm explicado constantemente ao  
31 Ministério Público que têm empreendido diversas coisas a respeito, mas que a resposta do

1 MP ainda era “tudo bem, mas você não fez a deliberação ainda”. Disse que era uma  
2 resposta difícil, porque o Ministério Público tinha razão de exigir aquela garantia, mas  
3 deveria considerar também o tempo escasso e as condições para realizar aquelas  
4 mudanças. Disse que não era possível abrir vagas por X cotas para alunos com dificuldades  
5 motoras, e manifestou decepção com a questão dos elevadores. Disse que não daria para  
6 instalar nos prédios, e que achava, então, que deveriam ter uma relação mais cuidadosa  
7 com o tema, como já vinham tendo. Comentou que, quando as cotas étnico-raciais foram  
8 aprovadas na pós-graduação, chamaram atenção para as dificuldades. Tanto é que ele não  
9 estava explicitamente colocado devido a questões específicas. Foi a cobrança do Ministério  
10 Público. Explicou que não estava explícito por conta de questões específicas. Explicou  
11 novamente que, de um lado, esse ponto de pauta é a homologação pela CCPG do *ad*  
12 *referendum* de algo que foi aprovado no dia anterior, que é a Política de Apoio Educacional  
13 para aqueles alunos, de atendimento educacional. Sendo assim, para dar sequência, o Item  
14 2 é a homologação do *ad referendum*. Disse que o Item 3 precisaria revogar o que tinham  
15 aprovado, porque agora havia a deliberação CEPE, que já existia. Quanto ao Item 4, é  
16 aquilo que já foi discutido sobre o REDU. Perguntou se poderia colocar os itens 2 e 3 em  
17 votação conjunta, uma vez que os itens estariam associados. O conselheiro **Prof. Claudio**  
18 **Chrysostomo Werneck (IB)** disse que o assunto foi levado para o Instituto de Biologia  
19 para que pudesse ser discutido, e que algo que sempre chamou a atenção era justamente  
20 a aquilo de ter que se adequar rapidamente perante as normas e leis, e que às vezes a  
21 estrutura realmente ficava bastante debilitada para poder atender todas as demandas.  
22 Concordou e endossou a preocupação da professora quanto aos docentes precisarem  
23 estar preparados para lidar com a nova situação, e também ressaltou que o Instituto de  
24 Biologia, por exemplo, era uma unidade antiga, de prédios antigos, logo, a questão da  
25 acessibilidade nunca havia sido pensada até então. Exemplificou um elevador de um prédio  
26 do instituto que permitiria fazer um zigue-zague enorme até os alunos chegarem no  
27 laboratório de aula prática, só que no elevador caberia a pessoa carregada, mas não sua  
28 cadeira de rodas, uma coisa totalmente absurda. Então, dentro das unidades, pelo menos  
29 no Instituto de Biologia, existe um nível de estrutura, mas ainda faltaria muita acessibilidade.  
30 Disse que era necessário um investimento enorme para que a estrutura pudesse ser  
31 adequada. Mostrou-se preocupado também com a questão e concluiu que aquilo tudo, em

1 sua opinião, acabaria sendo uma situação de crueldade, pois criaria uma expectativa de  
2 que o aluno seria bem recebido, com uma estrutura adequada, quando, na verdade, ela  
3 não existiria, só deixaria mais claro que a vida daqueles alunos era muito mais complicada,  
4 sendo que a ideia era justamente tentar normalizar. E reforçou que era necessário estarem  
5 bem atentos a aquela questão. A **Sra. Presidente** agradeceu a fala do Prof. Claudio e  
6 reiterou que a Reitoria estava atenta a questão, se preocupando e colocando recursos  
7 possíveis para dar conta daquela demanda, ao menos para melhor acolher e criar os  
8 programas de atendimento. Disse que as bolsas poderiam beneficiar e ajudar o acolhimento  
9 e permanência dos alunos, que às vezes só necessitariam de uma orientação simples, e  
10 às vezes só não haveria quem fizesse, já que não era possível que o professor orientasse  
11 o tempo todo. Colocou em votação os itens 2 e 3 que foram aprovados com unanimidade.  
12 Portanto, deu por encerrada a pauta. Completou que o Item 2 do expediente era  
13 exatamente o que havia sido falado, reiterou que estavam colocando uma Instrução  
14 Normativa que iria virar uma Portaria, uma Resolução do Gabinete do Reitor, estabelecendo  
15 as bolsas de mentoria PcD no valor comentado de PED C, com as especificações presentes  
16 no texto. Voltou para o Item 1 do expediente, sobre o planejamento estratégico dos  
17 programas. Relembrou que todos deveriam saber o que precisariam, pois a CAPES estava  
18 pedido aquilo dos programas e solicitando que os planejamentos estratégicos fossem feitos  
19 há um bom tempo. Relembrou que pediram para todos, há um tempo, que o Prof. Guilherme  
20 encaminhasse o modelo que era aplicado na FCM, uma vez que eles faziam aquilo  
21 recorrentemente, sempre com o seminário de planejamento estratégico, que incluiria  
22 formulário etc. a respeito do que deveria ser abordado. Salientou que foi passado para  
23 todos, mas a questão era que a PRPG não conseguiria coordenar toda a autoavaliação e  
24 o planejamento estratégico, uma vez que cada unidade teria o seu tempo e a sua  
25 especificidade. Perguntou se alguém gostaria de comentar algo a respeito, lembrando  
26 que era uma questão importante para a CAPES e que, embora o tempo do Coleta tivesse  
27 sido estendido por alguns meses, seria bom de qualquer forma que aquilo fosse feito até  
28 lá. O conselheiro **Prof. Marco Lucio Bittencourt (FEM)** comunicou que a profa. Cláudia  
29 esteve lá na FEM naquela semana, agradeceu a oportunidade de ter acompanhado sua  
30 palestra sobre a questão das cotas e comentou, quanto à questão do planejamento, que  
31 ela deu uma explicação muito boa. Comentou que outra questão relacionada ao

1 planejamento era a autoavaliação, e que fazia um parecer em que a autoavaliação deveria  
2 ter um parecerista externo. Relatou que houve uma apresentação também do pró-reitor da  
3 USP, disponível no YouTube, e mostrou-se impressionado com a organização do que viu,  
4 em que eles basicamente pegaram o Sucupira de todos os programas, ou de uma parte  
5 considerável deles, e tabularam todos os dados. Disse acreditar que nem a CAPES teria  
6 um sistema naquele formato hoje. Ofereceu mostrar, caso alguém quisesse ver como era  
7 impressionante. Explicou que todos os dados eram fornecidos por eles, e que tudo foi  
8 disponibilizado aos revisores para realizarem os pareceres. Explicou que eram dois  
9 sistemas, em um deles teria os dados do programa, e era possível conferir docente por  
10 docente se quisesse, fazer os gráficos de barra, tudo muito bem-feito. Relatou que sua  
11 preocupação era justamente relativa aos três programas na questão da autoavaliação, que  
12 obviamente deveria estar baseado no planejamento estratégico, e cogitou se os outros  
13 coordenadores também estariam tendo a mesma aflição do que estaria ocorrendo na FEM,  
14 e gostaria de saber como o pessoal estaria procedendo, tanto em relação ao planejamento  
15 estratégico quanto à autoavaliação, e se a Pró-Reitoria teria condições de auxiliar os  
16 programas naquele sentido. A **Sra. Presidente** respondeu que, de coordenar, não teriam  
17 as condições, e o conselheiro **Prof. Marco Lucio Bittencourt (FEM)** indagou novamente  
18 se poderiam auxiliar de alguma forma. A **Profa. Cláudia Vianna Maurer Morelli (PRPG)**  
19 sugeriu que, caso a Sra. Presidente concordasse, uma opção seria a CGU, que tinha um  
20 grupo de profissionais que ajudavam naqueles casos, inclusive no Planes. Disse que  
21 poderiam pensar a respeito, e que na FCM, a senhora Eneida Rashed, teria uma boa  
22 vontade muito grande, ainda que certamente não conseguiria ajudar todos os programas  
23 da universidade. No entanto, ela se propôs a ajudar na forma de um curso, em que  
24 poderiam fazer como o que já foi feito com a Sucupira, da mesma maneira que foi para  
25 todos os ATs e coordenadores, um curso sobre como fazer um planejamento estratégico  
26 de uma maneira organizada, com o apoio da CGU e ela também se colocou à disposição  
27 como apoio, mas disse que a CGU teria os dados e que poderia fazer, porque era algo que  
28 eles faziam para a instituição. O curso permitiria que todos pudessem ter acesso a como  
29 fazer de uma forma organizada. Dirigiu-se à Sra. Presidente, sugerindo que todos poderiam  
30 intermediar. A **Sra. Presidente** respondeu afirmativamente quanto a uma obra coletiva,  
31 para dar conta dos coordenadores gerais ou coordenadores de programas que queiram

1 assistir, poderíamos fazer. Disse que o que não poderiam fazer era coordenar o  
2 planejamento estratégico de cada programa, pois aquilo não faria sentido e nem dariam  
3 conta de algo assim. Completou dizendo que conhecia a iniciativa de organização da USP,  
4 disse que falou com o Prof. Rodrigo, pró-reitor da USP, e informou que ele e a Profa.  
5 Valnícia, da UNESP, viriam para a Unicamp na sexta-feira seguinte para conversar sobre  
6 vários pontos, inclusive aquele assunto, porque o Prof. Rodrigo ficou de ver se seria  
7 possível que o software seja transplantado para outro lugar, para uma outra universidade  
8 como a nossa. Disse que ele ficou de perguntar se seria possível, e eventualmente fazer  
9 algo na mesma direção, de coletar tudo o que haveria no Sucupira e deixar em um lugar  
10 centralizado, para o qual as pessoas poderiam recorrer sem necessariamente acessar o  
11 Sucupira. Disse que não sabia exatamente o que significaria e como seria a facilitação, e  
12 que precisaria conhecer melhor, mas reforçou que iriam conversar sobre o assunto.  
13 Complementou que talvez ainda não fosse o tempo de começar a usar, porque na Unicamp  
14 deveria ser adaptado, se for o caso, e antecipou que então não seria para uso imediato.  
15 Explicou que, na verdade, eles recolhem a Sucupira de todos, e permitem que você acesse  
16 por meio daquele software os dados que você procura. Disse que, sinceramente, não  
17 conhecia totalmente qual era o benefício, mas conhecia a iniciativa, que foi reforçada pela  
18 Profa. Cláudia. O conselheiro **Prof. Pedro Maciel Guimarães Junior (IA)** se apresentou e  
19 contou que, assim como o colega, também foi chamado para ser parecerista do processo  
20 de autoavaliação e teve acesso aos dados, ainda que não tivesse entrado em todos, por  
21 ser uma coisa muito gigantesca. Pelo que entendeu, demandavam uma avaliação externa  
22 de um pequeno texto que viria junto aos dados, uma autoavaliação do programa, que  
23 citasse pontos fracos, pontos fortes, onde poderia melhorar, onde já estaria bom etc.  
24 Informou que o texto que pegou não era tão aprofundado assim, claramente feito às  
25 pressas, talvez para atender à demanda da Pró-Reitoria da USP. Disse não ter entendido,  
26 e até indagou aos colegas, se era necessário que existisse o parecerista externo, uma vez  
27 que, até os anos anteriores, houve autoavaliação nos cursos do IA mas sem a demanda de  
28 uma pessoa externa para a avaliação, e queria entender se era algo recomendável ou se  
29 um conselho. A **Sra. Presidente** afirmou que sem dúvidas era algo recomendável, mas não  
30 estava certa de se haveria alguma implicação negativa, como ausência de avaliação da  
31 CAPES, caso não seja colocado. Mas disse ser recomendável buscar um colega para ler a

1 autoavaliação. Disse que, na verdade, não era necessário fazer avaliação do Coleta ao  
2 fazer uma avaliação externa, pois o resultado seria o que o colega coordenador tivesse  
3 repassado. Por isso que era um texto razoavelmente sintético. Aquele poderia ter sido feito  
4 às pressas, mas realmente não era tão enorme, não haveria a necessidade. Um colega vai  
5 fazer a avaliação porque a ideia era ver até onde ele evoluiu em termos de defesa, de  
6 internacionalização etc, isso que deveria ser feito em uma avaliação externa de um  
7 programa. O conselheiro **Prof. Pedro Maciel Guimarães Junior (IA)** perguntou se a  
8 coordenação dos institutos poderia sugerir que os coordenadores de programa chamassem  
9 pareceristas externos para analisar a autoavaliação, já que não teriam a coordenação geral  
10 da PRPG. A **Sra Presidente** sugeriu que a coordenação da unidade fizesse essa  
11 intermediação, de convidar determinado professor para fazer avaliação de determinado  
12 programa. Constatou que, no caso das unidades que teriam vários programas, achava  
13 aquela a melhor opção, como no exemplo da FEQ. O conselheiro **Prof. Sávio Souza**  
14 **Venancio Vianna (FEQ)** constatou que a unidade teria a autoavaliação e que o plano  
15 estaria feito, ambos feitos com ajuda e metodologia do pessoal da Reitoria, que estiveram  
16 lá e o realizaram em todas as instâncias, não só da pós-graduação, mas também em  
17 relação às metas e demais assuntos. Afirmou que, no entanto, não tinham um parecer e  
18 não solicitavam um parecer de alguém de fora. A **Sra. Presidente** lembrou que não  
19 estava escrito ser algo obrigatório, e sim recomendado. O conselheiro **Prof. Sávio Souza**  
20 **Venancio Vianna (FEQ)** exemplificou o caso da história em que, por exemplo, no nosso  
21 CA, a gente tinha que preencher uma planilha no final da Sucupira em que o link era  
22 desejável. Disse que o “desejável” deixou-o desesperado e foi procurar todos os links  
23 possíveis, pensando apenas na possibilidade. Ao fim, deu tudo certo, mas vai que pega um  
24 avaliador que julga por não ter inserido o link, mesmo sendo desejável. Alegou que aquilo  
25 deixa-o preocupado e que, por exemplo, já estaria começando a pensar em quem poderia  
26 convidar para gerar um parecer sobre a autoavaliação da unidade. A **Sra. Presidente**  
27 retomou a diferença entre fatores desejáveis e obrigatórios. Já que era algo desejável, se  
28 conseguisse colocar, seria uma vantagem. O conselheiro **Prof. Pedro Maciel Guimarães**  
29 **Junior (IA)** declarou que tinha a impressão de que era algo, não que desonerava, mas que  
30 convidava uma avaliação estilo “fogo amigo”, alguém que avaliaria com certo carinho, até  
31 mesmo para seus erros, e observaria quais erros poderiam se tornar acertos, assim

1 desonerando um olhar totalmente interno. Acrescentou que já viu aquele tipo de prática  
2 inclusive para credenciamento e descredenciamento, em que, na hora de realizar os  
3 recredenciamentos de programa, era chamada uma Comissão externa e apresenta: “temos  
4 isso aqui, quem vocês acham que devemos ou não recadastrar como professor  
5 permanente? Notas altas na nossa área, notas 6 e 7 fizeram aquilo. A **Sra. Presidente**  
6 disse que desconhece alguém que tivesse feito aquilo em outra área, porque era uma  
7 dificuldade enorme, além de uma inadequação. O conselheiro **Prof. Pedro Maciel**  
8 **Guimarães Junior (IA)** disse que achava que era o único programa nota 7 de sua área e  
9 que por isso talvez quisessem mostrar serviço, e acrescentou que tentaria levar aquela  
10 recomendação para os coordenadores e tentaria organizar em conjunto. **Sra. Presidente**  
11 chamou a atenção para o fato de que deveriam estar falando sobre planejamento  
12 estratégico, o que acabou mudando para avaliação, e depois falaram da USP. O  
13 conselheiro **Prof. Pedro Maciel Guimarães Junior (IA)** argumentou que era um ponto  
14 dentro do planejamento estratégico. O conselheiro **Prof. Marco Lucio Bittencourt (FEM)**  
15 reforçou que ambas as coisas estariam ligadas, pois a autoavaliação vai avaliar o que você  
16 cumpriu dentro do planejamento estratégico. O conselheiro **Prof. José Guilherme Cecatti**  
17 **(FCM)** compartilhou sua experiência na FCM e disse que estavam misturando um pouco  
18 as coisas, pois planejamento estratégico e avaliação/autoavaliação não eram bem a  
19 mesma coisa, uma vez que planejamento estratégico seria voltado ao futuro e avaliação  
20 era para o passado recente e atual, sendo assim, seriam duas coisas relacionadas sim,  
21 mas não exatamente a mesma. Recomendou, assim como a CAPES, que fizessem ambos.  
22 Disse que, para fazer o planejamento, como a Cláudia falou, seria necessário um  
23 profissional com experiência administrativa na área e mencionou que, por sorte, há na FCM  
24 uma funcionária super experiente, a Eneida, a quem a Claudia se referiu e que, claro, não  
25 poderia ajudar no planejamento de todo esse programa, por ser inviável, mas que poderia  
26 montar um curso para um pessoal da área administrativa designado pelas unidades e pelos  
27 programas para ajudar em uma orientação de treinamento para aquele pessoal. Manifestou  
28 que seria bastante positivo, já que o resultado na FCM teria sido espetacular. Disse que  
29 estavam há um período longo de um ano, um ano e meio, praticamente acabando todos os  
30 programas de planejamento estratégico, mas lembrou que planejamento estratégico era  
31 para o futuro, não era como a avaliação. A **Sra. Presidente** disse que iriam tomar a iniciativa

1 de falar com Eneida a fim de produzir aquele eventual curso, voltado tanto para  
2 coordenadores como para funcionários, para que possam, eventualmente, apoiar as  
3 Secretarias a dar conta de todas as questões. Perguntou se as pessoas inscritas, Cláudio  
4 e Nashiele, gostariam de continuar a discussão. A conselheira **Profa. Nashieli Cecilia**  
5 **Rangel Loera (IFCH)** comentou sobre a forma como estaria fazendo no IFCH, em que  
6 haveria um número grande de dez programas, e relatou que houve uma reunião, em  
7 dezembro, sobre aquela questão, mas eram necessários os dados do passado para que  
8 fosse possível realizar um planejamento estratégico futuro. Falou sobre um funcionário  
9 fantástico do setor de pesquisa, o Reginaldo, que apresentou de maneira geral para os  
10 programas quais seriam seus dados, e que teria conseguido fazer uma coleta de vinte anos  
11 usando, por exemplo, os regressos, o que era impressionante. Na reunião, cada programa  
12 decidiu se chamaria ou não um avaliador externo, o que correspondeu a dois ou três dentre  
13 os dez. Assim, os colegas coordenadores e coordenadoras estavam cada um fazendo seu  
14 próprio planejamento. Também apontou que, em institutos como o IFCH, nos quais havia  
15 uma diversidade e muitos programas de perfil diferente, valeu muito a pena ter promovido  
16 aquela reunião geral, também por fornecer o panorama comparativo entre os programas.  
17 O conselheiro **Prof. Claudio Chrysostomo Werneck (IB)** retomou o assunto sobre a  
18 autoavaliação da CAPES, e contou sobre uma professora que participava de um Comitê na  
19 CAPES que voltou de lá com a preocupação de contratar uma empresa para poder fazer a  
20 autoavaliação dos cursos do IB. Comentou que era o tipo de coisa que obviamente tinha  
21 gente fazendo, havia uma Comissão Externa fazendo a avaliação dos programas, e que,  
22 obviamente, as coisas seriam comparativas, então, entre fazer a sua própria autoavaliação  
23 e chamar uma Comissão Externa para fazê-la, vai chegar uma hora em que a Comissão  
24 Externa vai passar a valer e a interna não necessariamente, então seria uma questão de  
25 adequação, uma vez que novas regras vão sendo criadas, e seria necessário sair correndo  
26 atrás delas. A **Sra. Presidente** informou que não havia mais nenhum inscrito. Finalizou  
27 apontando que a avaliação externa não era obrigatória, apenas desejável, e que tomariam  
28 a iniciativa de fazer o planejamento estratégico. Informou que, sobre o PED, receberam  
29 uma proposta alta e tiveram que abaixar. Apresentou que, como todos sabem, pela  
30 Resolução do Estágio Docente, a Resolução define o valor das bolsas como uma  
31 porcentagem da bolsa da FAPESP, que renova o valor todo ano. Apresentou que a

1 proposta que receberam foi de 80% da bolsa da FAPESP para o PED C, e declarou que  
2 seria um valor alto e que não daria conta do número de bolsistas PED na Unicamp, e que  
3 seria necessário onerar o orçamento além da conta a fim de conseguir negociar com a  
4 PRDU. Assim, disse que haveria uma outra proposta, que seria apresentada  
5 posteriormente. O **Prof. Elias Basile Tambourgi (PRPG)** comunicou que naquele  
6 semestre tiveram 133 bolsistas a mais no PED, 1.322 no primeiro semestre de 2024 contra  
7 1.189 no primeiro semestre de 2023. Aquilo foi resultado da proposta que a Profa. Nicete  
8 trouxe sobre poder flexibilizar o número de vezes que o PED poderia participar e também  
9 sobre a flexibilização na interação com a DAC. Assim, o aluno que perdia a inscrição e tinha  
10 que fazer a inscrição manual anteriormente, agora poderia entrar na lista de espera, o que  
11 fez com que mais alunos estivessem presentes. A bolsa do mestrado 1 da FAPESP, para  
12 o ano seguinte será reajustado de R\$ 2.349,00 para R\$ 2.507,10, o que significava que o  
13 PED B e o PED C, mantendo 50% e 30%, respectivamente, iriam receber, em 2025, R\$  
14 1.253,00 e R\$ 752,00. Exemplificou que, quando a Sra. Presidente assumiu a  
15 administração, havia R\$ 5.500.000,00 de verba PED congelada, pois ainda era indexada à  
16 Bolsa CAPES. No ano atual, há R\$ 8.600.000,00 de verba. Informou que, com o aumento  
17 de 4,5% na bolsa mensal do FAPESP, aquele valor chegará a quase R\$ 10.000.000,00, o  
18 que significava que, em quatro anos, foi possível aumentar em 100% a verba disponível  
19 para o PED e aumentar em quase 100% o valor da bolsa. Pediu licença para introduzir a  
20 proposta, em que, ao invés de 80%, proporiam 60% para o PED B e 40% para o PED C,  
21 da FAPESP, o que significaria que o bolsista PED B, em 2025, receberia R\$ 1.504,26, e o  
22 PED C, R\$ 1.002,84, um aumento de 100% em relação ao que recebiam quatro anos antes.  
23 A conselheira **Sra. Maiane Junqueira Teixeira Neto (Representante Discente FEEC)**  
24 pontuou que, sobre ser um valor alto, ainda não seria de equidade com a bolsa e que não  
25 acreditava ser um valor alto, dado o trabalho que era feito e levando em consideração a  
26 permanência. Disse, no entanto, levar também em consideração a realidade atual, e que  
27 levaria proposta adiante, pois representa um grupo, embora veja também que seria  
28 plausível, e agradeceu o retorno. A **Sra. Presidente** agradeceu a Sra. Maiane e afirmou  
29 que, para si, todo valor seria baixo, então nunca iria achar que estivesse bom para algo,  
30 pois sempre poderia melhorar. Entretanto, concordou que aquela eram as condições, e que  
31 não adiantaria esticar a corda se não tivesse como dar conta. Disse que, levando em conta

1 o que já vinha sendo feito, era conhecido que a bolsa não daria conta da permanência,  
2 embora ajudasse muito. Então, aquele seria o vetor usado, pois era necessário ajudar mais  
3 a permanência, e fariam aquilo cada vez mais conforme fosse possível no momento. Pediu  
4 à Sra. Maiane que levasse de volta a proposta. Informou que, sobre o PRINT, teve notícias  
5 no dia anterior, conforme colegas lhe escreveram, que houve uma reunião do CTC na  
6 CAPES, e que o professor Rui continuaria como diretor de relações internacionais da  
7 CAPES, bem como já vinha sendo, continuará na diretoria, no entanto, já tinha  
8 conhecimento que o PRINT não terá continuidade e sabia que não tinha plano para um  
9 futuro próximo. Disse que não sabia o que iria acontecer e que, se houvesse alguma  
10 iniciativa nova em termos de projeto de internacionalização, surgiria em 2025, e não em  
11 2024. Informou também que as bolsas PDSE não teriam reajustes, e que o edital de PDSE  
12 estava aberto para todos os participantes do PRINT, algo que era proibido até pouco tempo  
13 atrás. A CAPES abriu a possibilidade para todos exatamente por conta de uma demanda  
14 de todas as Pró-Reitorias de Pós-Graduação do país, uma vez que vai acabar o PRINT,  
15 sendo que havia recursos. Portanto, a CAPES abriu e um novo edital já definido daquela  
16 forma, em que os programas que participavam do PRINT já poderiam pleitear a bolsa  
17 PDSE, que não teria reajuste. Disse serem aquelas as más notícias, e que a boa notícia  
18 seria que a CAPES abriu um edital novo para alunos estrangeiros chamado “Move  
19 América”. Informou que o edital exigiria uma série de solicitações de organização  
20 institucional que ainda não estavam prontas para a presente reunião, porque exigiria uma  
21 estimativa de vagas para cada programa. Disse que iriam fazer aquilo nos dias  
22 subsequentes e que iriam encaminhar uma consulta por e-mail para todos a fim de se  
23 organizarem para o edital. Ressaltou que o edital era para alunos estrangeiros da América  
24 Latina e Caribe, e que a ideia era trazer aqueles alunos para formação na Unicamp. O  
25 conselheiro **Sr. Marcelo Felipe da Silva Estácio de Santana (Representante Discente**  
26 **FEA)** questionou se o PRINT teria continuação ainda naquele ano. A **Sra. Presidente** disse  
27 que iria até o fim do presente ano e terminaria logo no seguinte, ainda que houvesse  
28 anteriormente a ideia de que teria alguma continuidade, reforçou que não teria e nem havia  
29 nada em vista. Relembrou que, no entanto, ainda havia recursos, e que a secretaria, a  
30 Cláudia e a Rita tinham feito um esforço de utilizar todos os recursos que sobraram. A  
31 **Profa. Cláudia Vianna Maurer Morelli (PRPG)** perguntou se haviam recebido o e-mail

1 solicitando. Informou que receberam muito mais pedidos do que teria de fato disponível, e  
2 que era bom, pois iriam agora fazer as transformações e liberar os editais de fato para que  
3 as pessoas pudessem se inscrever. Informou que iriam abrir editais nas quatro categorias:  
4 na capacitação; nos jovens docentes até dez anos, que era o júnior; o professor visitante  
5 sênior, que seria acima de dez anos; e também nas vagas para trazer professores. A **Sra.**  
6 **Presidente** retomou que o edital da CAPES Move América seria para bolsas-sanduíche de  
7 mestrado e doutorado no Brasil. Informou que, a respeito de bolsas, tiveram reclamações  
8 acerca da distribuição que fizeram, pois tiveram um corte grande da CAPES, dos PROEX  
9 e dos PROAP, disse que receberam o projeto CNPq, que corresponderia a 70 bolsas, 35  
10 de mestrado e 35 de doutorado, tentaram suprir algo e ainda não conseguiram, mas  
11 também receberam as bolsas chamadas emergenciais, que seriam as cotas da Pró-  
12 Reitoria, que forneceram algum saldo em bolsas de doutorado e mestrado. Explicou que,  
13 com o saldo, embora não fosse algo enorme, certamente poderiam apaziguar perdas ou  
14 conceder benefícios segundo a política interna das bolsas emergenciais, que seriam  
15 relacionadas à questão socioeconômica, aos alunos cotistas, à permanência etc. Disse  
16 terem recebido as novas cotas de bolsas da Pró-Reitoria na sexta-feira, sendo que algumas  
17 já estavam ocupadas por alunos, tanto no mestrado quanto no doutorado, e seria apenas  
18 a continuidade das mesmas bolsas, além de um pequeno saldo para dar conta das lacunas.  
19 O conselheiro **Prof. Paulo Sérgio Fracalanza (IE)** levantou a questão de que,  
20 anteriormente, as bolsas emergenciais eram voltadas para programas de demanda social.  
21 A **Sra. Presidente** informou que não são mais, pois a CAPES permitiu que os PROEX se  
22 utilizem das bolsas, o que era ótimo, pois tornaria possível dar conta de algumas lacunas.  
23 O conselheiro **Prof. Paulo Sérgio Fracalanza (IE)** levantou uma outra questão a respeito  
24 do programa de doutorado sanduíche no exterior que estava aberto, o PDSE. Reconheceu  
25 que a PRPG fez o possível em tempo recorde, já que a CAPES tinha feito o edital não muito  
26 antes disso. Mas levantou o ponto de que o tempo seria muito exíguo e de terem muita  
27 dificuldade naquele momento. Relembrou que até havia uma pergunta da avaliação  
28 institucional que se referia aquela questão: “há problema de proficiência em língua  
29 estrangeira?”, ao que respondeu que, na verdade, aquele nem era o problema, e sim a  
30 grande demanda e a oferta de vagas muito pequena, além de o fato de os editais eram  
31 muito erráticos, lançados a qualquer momento e com tempo exíguo, o que dificultava ainda

1 mais o seu preenchimento. Disse que acabava sendo só para aqueles alunos que já tinham  
2 um orientador lá fora, que já estavam acordando desde antes, e que, ainda naquele caso,  
3 havia dificuldade, devido ao prazo em que deveria ser feito, que muitas vezes não tinha  
4 nenhuma relação com o semestre letivo. Reforçou o fato de que estariam bastante  
5 preocupados com a política errática da CAPES no sentido de abertura dos editais. A  
6 conselheira **Profa. Cláudia Vianna Maurer Morelli (PRPG)** respondeu que a CAPES  
7 percebia, pois ela mesma já participou da reunião que fizeram com a Larissa, a técnica  
8 responsável por aquele assunto na CAPES, e que ela já tinha começado pedindo desculpas  
9 pelo tempo e prometeu que, nos próximos editais, concederiam um tempo maior.  
10 Concordou que, quanto aos editais em questão, eles realmente fizeram a toque de caixa.  
11 Quanto à questão da proficiência do edital, apontou que, no próprio edital, já constava que  
12 não seria necessário, e que bastaria um documento do orientador externo e interno para  
13 resolver o problema. A **Sra. Presidente** informou, ainda sobre a questão das bolsas, que  
14 foram concedidas, da cota da Pró-Reitoria, no doutorado, 47 bolsas, das quais 19 já  
15 estavam sendo utilizadas. Informou que havia um saldo de 28 bolsas de doutorado que  
16 poderiam ser utilizadas com os programas PROAP e PROEX. Informou que, no caso do  
17 mestrado, receberam 34 bolsas, das quais 9 já estavam sendo utilizadas. Sendo assim,  
18 tinham um saldo de 25 bolsas, e sugeriu que agora todos discutissem como poderiam  
19 arrumar as lacunas que ainda se mantiveram depois do corte da CAPES, mesmo com as  
20 bolsas do CNPq. Finalizou sua fala sobre bolsas e iniciou o tema acerca do Prêmio Tese.  
21 O conselheiro **Prof. Carlos Henrique Inacio Ramos (IQ)** perguntou sobre o lançamento  
22 do CNPq, em que cada programa fazia uma solicitação. Perguntou se a ideia seria tentar  
23 usar todos esses recursos e bolsas para ver o quanto seria possível atender aos programas.  
24 A **Sra. Presidente** respondeu que, na verdade, quando foi feita a solicitação do CNPq, na  
25 qual todas as unidades enviaram os pedidos para a PRPG, o CNPq já havia feito  
26 previamente um cálculo institucional de quanto a Unicamp deveria receber, e receberam,  
27 pelo cálculo do CNPq, 70 bolsas para a universidade toda, 35 e 35, sendo que os campi de  
28 Piracicaba e Limeira já tinham algumas definições que o CNPq havia feito. Disse que foram  
29 muitos pedidos, 218 bolsas de mestrado e 219 de doutorado, embora eles não dariam, já  
30 que calcularam 75 para a universidade toda. Informou que, no caso da CAPES, a Química  
31 foi uma das que mais perdeu bolsas, e que havia uma meia dúzia de programas que

1 sofreram muito com a perda nos PROEX, os programas PROAP também perderam, mas  
2 não foi uma perda tão grande em comparação aos PROEX. Constatou que a Química talvez  
3 fosse a campeã das perdas. Esclareceu que, quanto às perdas de bolsas do CNPq, não  
4 conseguiram dar conta de tudo, e que não era o caso de quem tivesse perdido mais  
5 ganharia tudo, e que não poderiam fazer aquilo, uma vez que a visão da Unicamp era geral,  
6 e deveriam se reunir e discutir sobre o saldo que tinham para checar o que seria possível.  
7 Exaltou o fato de que poderiam usar com os PROEX, o que antes não era possível, então  
8 pelo menos haveria mais esperança para dar conta. A conselheira **Profa. Nashieli Cecilia**  
9 **Rangel Loera (IFCH)** pediu rapidamente alguma notícia sobre as bolsas que foram  
10 recolhidas, pois não teve retorno a respeito. A **Sra. Presidente** disse que também não  
11 tinham tido retorno, que haviam encaminhado todos os pedidos de recurso de reclamação  
12 da perda, mas ainda permaneciam sem retorno. Informou que dia 24 de abril estariam na  
13 CAPES às 10 horas para conversar com a Profa. Mercedes e outros sobre tudo o que vinha  
14 acontecendo, além de diversas outras coisas, já que existia a questão da redução do tempo  
15 do mestrado, pois a Profa. Mercedes achou que o mestrado não seria mais necessário, que  
16 poderia pular direto para o doutorado, o fato de não ter acontecido ainda nada com o PNPG.  
17 Informou também que iriam à Diretoria de Relações Internacionais com a intenção de  
18 investir em doutorados ou mestrados internacionais. Alegou terem várias possibilidades de  
19 convênio, e levantou que o IEL já tinha alguns contatos feitos, e que gostariam de fazer  
20 vários com outras universidades. Disse que iriam lá para verificarem aquilo e que dia 25  
21 mandariam notícias a respeito. Informou, a respeito do Prêmio Tese, que houve 211  
22 inscrições, 43 da área de Engenharia e Tecnológicas, 79 da área de Humanas e Artes, 41  
23 da área de Exatas e Ciências da Terra, e 48 da área de Biológicas e Saúde, ou seja, muita  
24 tese. Disse que a Sra. Cristina tinha feito os cálculos para aquela reunião e acabado de  
25 chegar os número de inscrições. Perguntou se os ex-coordenadores estariam dispostos a  
26 se manterem como coordenadores de bancas. O Prof. Marko, o Prof. Orlando e o Prof.  
27 Sávio. Disse que ainda iriam definir, pois não sabiam quantos eram até o momento para  
28 poder definir o número de avaliadores. Perguntou ao Prof. Marko se ele se disporia a  
29 permanecer como coordenador de banca, que concordou. Informou ao Prof. Marko que era  
30 no mesmo esquema do ano anterior, que não era necessário ler a tese, apenas coordenar  
31 a leitura das teses e a avaliação. Disse que iriam entrar em contato com os colegas que já

1 estavam ausentes. Perguntou à Profa. Renata se ela também se disporia a ser  
2 coordenadora de banca, que também concordou. Comentou que só restava entrar em  
3 contato com o Prof. Orlando e o Prof. Sávio. Lembrou que o REDU já havia sido  
4 abordado. Propôs que se não houvesse mais nenhum tema de expediente iria encerrar a  
5 reunião. A conselheira **Sra. Maiane Junqueira Teixeira Neto (Representante Discente**  
6 **FEEC)** constatou que lhe mandaram tantas demandas que ela precisava falar, pois estava  
7 ali para isso. Primeiramente, mencionou que trouxe um abaixo-assinado para pedir sua  
8 passagem para a pós-graduação, e perguntou se a professora Raquel assinaria. **Sra.**  
9 **Presidente** esclareceu que o documento já saiu de lá e estaria na prefeitura, a caminho da  
10 Câmara de Vereadores. A conselheira **Sra. Maiane Junqueira Teixeira Neto**  
11 **(Representante Discente FEEC)** argumentou que a ideia era mesmo pressionar a  
12 prefeitura porque, por sua experiência enquanto representação estudantil, se não houver  
13 pressão, eles não dariam prioridade. A **Sra. Presidente** assentiu e disse que estava tudo  
14 bem. A conselheira **Sra. Maiane Junqueira Teixeira Neto (Representante Discente**  
15 **FEEC)** apresentou mais um caso, dentro de um assunto que já foi discutido no dia, que era  
16 sobre o programa voltado ao apoio à comunidade PcD. Relatou ter acabado de chegar a  
17 ela um caso de um aluno autista que foi desligado do programa por conta de falhas de  
18 comunicação. Adicionou que seria bom se o Prof. Enelton ainda estivesse presente, mas  
19 ele já havia ido embora. Relatou o fato, em que a orientadora daquele aluno foi  
20 descredenciada, e o aluno ficou sendo co-orientado pelo coordenador da FT, que era o  
21 padrão. No entanto, em momento algum, o aluno foi orientado a procurar uma nova  
22 orientação, sendo assim, após sessenta dias, o aluno foi desligado. Denotou que, embora  
23 a orientadora dele tenha sido descredenciada, continuou orientando o aluno, que continuou  
24 realizando a pesquisa e mandando o relatório do que estaria fazendo para o Prof. Enelton.  
25 Disse que, apesar de o professor não estar presente, gostaria de apresentar aquele caso e  
26 pediu orientação sobre como proceder. A **Sra. Presidente** informou que ficaram sabendo  
27 do caso e que ficaram de conversar com a unidade antes de qualquer coisa. Disse que era  
28 necessário saber o que aconteceu e se era possível, de alguma forma, contornar aquela  
29 questão da nota e da queda do sistema, pois havia dois décimos a menos do que o  
30 necessário. Disse que, primeiramente, gostariam de conversar a fim de encontrar um  
31 acerto, se não, teriam que de fato responder à demanda da conselheira. A conselheira **Sra.**

1 **Maiane Junqueira Teixeira Neto (Representante Discente FEEC)** disse que estava com  
2 três casos, e que o aluno do IB era outro caso. A **Sra. Presidente** justificou que estava  
3 falando sobre o caso no IB e pediu desculpas por confundir. A conselheira **Sra. Maiane**  
4 **Junqueira Teixeira Neto (Representante Discente FEEC)** comentou que estariam  
5 conversando com o aluno do IB também, mas que este era um novo caso que chegou a ela  
6 no dia anterior à reunião, logo após a reunião do CEPE. Disse que estaria apresentando o  
7 caso no dia para pedir orientações, uma vez que seria um caso delicado. A **Sra. Presidente**  
8 disse que iriam chamar o Prof. Enelton, e que não seria possível dar um retorno de imediato.  
9 A conselheira **Sra. Maiane Junqueira Teixeira Neto (Representante Discente FEEC)**  
10 compreendeu e disse que iria formalizar e enviar um e-mail, explicando o que fosse  
11 necessário. A **Sra. Presidente** pediu que o e-mail fosse enviado à PRPG. A conselheira  
12 **Sra. Maiane Junqueira Teixeira Neto (Representante Discente FEEC)** confirmou que  
13 poderia. A **Sra. Presidente** disse que aquilo seria apenas para instruir a conversa com o  
14 Enelton. A conselheira **Sra. Maiane Junqueira Teixeira Neto (Representante Discente**  
15 **FEEC)** trouxe mais uma questão, sobre o armazenamento, que havia sido limitado a 30  
16 gigas, o que era muito pouco. Relatou que, sendo ela das Exatas, trabalha com inteligência  
17 artificial e que, quando teve de formatar seu computador, tinha duas versões do MATLAB,  
18 e precisou de 500 gigas para aquilo. Explicou que, na época, usou a conta que tinha do  
19 Google, mas hoje em dia não era mais possível fazer aquilo. Ressaltou como aquilo era um  
20 fator que precarizava ainda mais a vida acadêmica. A **Sra. Presidente** comunicou que  
21 tiveram uma reunião com o professor Ricardo Dahab, coordenador da DTIC, para tratar  
22 especificamente aquela questão. A conselheira **Sra. Maiane Junqueira Teixeira Neto**  
23 **(Representante Discente FEEC)** pediu licença para adicionar ainda mais a questão sobre  
24 o caso da moradia, relatou que tinha acabado de sair no portal da Unicamp uma parceria  
25 entre a Unicamp e a YouLiving. Disse que acreditava ser algo bem simbólico, dada a  
26 dificuldade na alocação das pessoas da moradia a um local ao que pudessem ser  
27 deslocadas para que as reformas sejam feitas. Chamou atenção também às prioridades  
28 que deveriam ter, sobre trazer uma moradia estudantil digna para todas as pessoas que  
29 necessitariam dela. Levantou também a questão do restaurante universitário, que começou  
30 a servir refeições no final de semana, e relatou ter ido almoçar, chegado às 13h, e ter  
31 conseguido se alimentar apenas às 14h20, quando já não havia mais feijão suficiente,

1 saindo assim com fome e pensando que caso repetisse poderia faltar para alguém.  
2 Reforçou que conseguimos um direito, mas que agora seria necessário repensar a logística  
3 para que aquele direito não venha acompanhado de desgaste físico, emocional e torne-se  
4 humilhante. A **Sra. Presidente** respondeu que o final de semana anterior foi importante por  
5 ter inaugurado a política do restaurante aberto aos finais de semana, e salientou que era  
6 um grande ganho para os estudantes e um grande feito por parte da Reitoria. Não existia  
7 exatamente uma estimativa quanto ao número de refeições ser igual ao da semana regular  
8 ou não, agora existia. Argumentou que a demora e as filas imensas justificavam-se por ser  
9 o experimento da primeira vez e, então, soube-se que a demanda do final de semana seria  
10 semelhante à da semana, que os alunos não foram para a casa. A conselheira **Sra. Maiane**  
11 **Junqueira Teixeira Neto (Representante Discente FEEC)** levantou, por fim, a questão do  
12 SAVS. Apresentou a perspectiva de como o trabalho do SAVS era essencial e estava  
13 precarizado, pôr o Centro Social Vive ser responsável simultaneamente pela Unicamp,  
14 Campus de Barão Geraldo, Cotil, Cotuca, FT, FOP e ainda por atender às vítimas de  
15 violência dentro do HC. Disse que houve uma indicação na reunião do CONSU de que o  
16 SAVS seria fundido com o SAER, que ainda estaria em nascimento. Relatou ser contra a  
17 fusão, como representante discente, como militante feminista, e como uma pessoa que  
18 estaria engajada em tornar o ambiente da Unicamp seguro para mulheres e corpos  
19 femininos. Relatou tinha a indicação de contrariedade por parte da APG Central, porque  
20 acreditavam que fundir coisas não era o ideal, e sim aumentar o número de pessoas  
21 engajadas trabalhando junto com a profissional Vivian para que o SAVS fosse fortalecido.  
22 Reafirmou que unir as coisas não era o caminho, finalizou e agradeceu. A **Sra. Presidente**  
23 respondeu afirmativamente e se comprometeu a levar adiante as demandas e observações  
24 que a Sra. Maiane trouxe. Explicou que aquela não era a instância de discussão ou  
25 deliberação sobre aquelas questões, mas se comprometeu a encaminhar de qualquer  
26 forma. A conselheira **Sra. Maiane Junqueira Teixeira Neto (Representante Discente**  
27 **FEEC)** disse que vai formalizar todas as questões, apenas não havia tido tempo ainda. A  
28 **Sra. Presidente** concordou que seria bom, pois facilitava muito quando era formalizado, e  
29 pediu que fosse mandado por escrito. A conselheira **Sra. Maiane Junqueira Teixeira Neto**  
30 **(Representante Discente FEEC)** questionou sobre os assuntos que havia enviado durante  
31 o mês, e a **Sra. Presidente** perguntou quais eram eles. A **Sra. Cristina Ferreira de Souza**

1 **(PRPG)** perguntou se uma das coisas era sobre o IP. A conselheira **Sra. Maiane Junqueira**  
2 **Teixeira Neto (Representante Discente FEEC)** respondeu negativamente, disse que era  
3 sobre a questão do curso voltado para alunos de pós-graduação e alunos estrangeiros  
4 sobre comportamentos inadequados, de violência sexual e de gênero. Também levantou a  
5 questão da urgência na Minuta da parceria entre a Unicamp e Comissão da Mulher  
6 Advogada. A **Sra. Presidente** informou que, sobre as questões da DEDH, teriam uma  
7 reunião no dia seguinte, às 14h, com a Profa. Bárbara, do IFCH, que estava assumindo a  
8 posição na DEDH naquela área. A conselheira **Sra. Maiane Junqueira Teixeira Neto**  
9 **(Representante Discente FEEC)** agradeceu as informações e a **Sra. Presidente** declarou  
10 finalizada a reunião. O conselheiro **Prof. Carlos Henrique Inacio Ramos (IQ)** levantou  
11 rapidamente uma questão, declarando que no Instituto de Química os docentes e discentes  
12 também estavam muito preocupados com o limite de dados para os pós-graduandos. A  
13 **Sra. Presidente** concordou e adicionou que não eram as únicas reclamações do tipo,  
14 seriam várias, e que a reunião com o Ricardo já estaria marcada.

NOTA: A presente Ata foi aprovada  
na **416ª Reunião Ordinária da**  
**CCPG**, realizada em 12 de junho  
de 2024.